

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Seleção de candidaturas, disputa intrapartidária e gênero: influência dos partidos políticos na escolha das candidatas

Marina Merlo¹

Trabalho preparado para apresentação no VI Seminário
Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP,
de 2 a 6 de maio de 2016

São Paulo

Abril de 2016

Trabalho em andamento. Não citar sem autorização prévia.

¹ Mestranda em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da USP.
Email: marina27merlo@gmail.com

Resumo

O presente artigo pretende contribuir para a compreensão da subrepresentação feminina nas instituições representativas brasileiras a partir da premissa de que são os partidos políticos que controlam, em algum grau, o acesso dos candidatos aos postos legislativos e executivos - isto é - que é preciso compreender o funcionamento interno dos partidos como um aspecto central para a subsequente baixa presença das mulheres nas arenas políticas formais.

Enquanto que grande parte da literatura tem se esforçado em entender a sub-representação feminina a partir dos resultados das eleições e pelo perfil das candidatas eleitas, este trabalho argumentará que é preciso delinear melhor a competição anterior ao momento eleitoral para estimar em que medida as mulheres participam do jogo eleitoral com uma candidatura menos competitiva que dos homens. A partir do momento em que os partidos políticos pesam nas estratégias eleitorais e controlam recursos essenciais para a disputa, é preciso levar em conta esse papel para compreender em que medida a participação das mulheres é sub incentivada.

O foco deste trabalho, então, recai sobre o processo de seleção de candidaturas interno aos partidos como forma de compreender melhor quais os mecanismos que os partidos utilizam para selecionar candidaturas e intermediar disputas internas entre candidatos. Será apresentada uma revisão da literatura sobre seleção e recrutamento político nos partidos políticos e como este processo tem sido trabalhado no recorte de gênero, assim como trabalhos empíricos recentes que mostram o peso dos partidos políticos na arena eleitoral brasileira. Também serão apresentados alguns dados preliminares que mostrem o panorama das mulheres dentro dos partidos políticos brasileiros a partir da alocação de recursos partidários do pleito a Deputado Federal em 2014.

Introdução

As mulheres são mais da metade do eleitorado brasileiro, chegando a 52% para as eleições de 2014. Filiadas a algum partido político, são 44,5%². Ainda que sejam maioria durante a escolha democrática e estejam presentes nos partidos, não conseguem a mesma representação nos cargos políticos: foram 31% do total de candidaturas em 2014, mas, após as eleições, formam menos de 10% da Câmara dos Deputados e 13,6% do Senado; dos 27 Estados, apenas uma mulher foi eleita para o cargo de Governadora. A cada etapa do exercício do direito político de poder votar, ser votada e se representar, a presença feminina vai diminuindo.

Em perspectiva comparada, a representação feminina no Brasil ocupa a 154^a posição de uma lista de 191 países, apresentando taxas inferiores às médias de países Árabes ou inclusive de outros países da América Latina³. O que atravanca o acesso das mulheres à política formal?

Na produção acadêmica brasileira, contudo, poucos trabalhos deram centralidade aos partidos políticos no processo de seleção e recrutamento de candidaturas na análise da subrepresentação feminina. A partir do momento em que consideramos os partidos políticos como atores com estratégias específicas visando a vitória eleitorais e dado que estes controlam recursos essenciais para a disputa, é preciso levar em conta esse papel para compreender em que medida a participação das mulheres é subincentivada mesmo com a obrigatoriedade pela Lei de Cotas de serem pelo menos 30% das candidaturas⁴.

O presente artigo pretende contribuir para esse debate sobre a compreensão da subrepresentação feminina nas instituições representativas brasileiras a partir da premissa de que são os partidos políticos que controlam, em algum grau, o acesso dos candidatos aos

² Dado da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e Justiça Eleitoral (http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/02/10-02-2013-filiacao-de-mulheres-a-partidos-politicos-supera-a-de-homens-no-ultimo-ano)

³ Situação aferida em fevereiro de 2016 pelo Inter-Parliamentary Union. <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif010216.htm>. Acesso em 10 de abril de 2016.

⁴ Art. 10, §3º, da Lei 9.504/97. Entre 1996 e 2009, a redação da lei era de que os partidos deveriam “reservar” 30% das vagas para candidaturas femininas, o que permitia manobras dos partidos para deixar vagas em aberto supostamente reservadas para mulheres e não preenche-las. A partir da Reforma Eleitoral de 2009, visando impedir esse comportamento, a lei foi alterada para que fosse obrigatórios “preencher” 30% das vagas.

postos legislativos e executivos - isto é - que é preciso analisar a organização partidária como um aspecto central para a subsequente baixa presença das mulheres nas arenas políticas formais.

Será apresentada uma revisão da literatura sobre os determinantes da presença feminina na política, focando naqueles que falam da seleção e recrutamento político nos partidos políticos, assim como trabalhos empíricos recentes que mostram o peso dos partidos políticos na arena eleitoral brasileira. Também serão apresentados alguns dados preliminares que mostrem o panorama das mulheres dentro dos partidos políticos brasileiros a partir da alocação de recursos partidários do pleito a Deputado Federal em 2014.

Subrepresentação das Mulheres na política: determinantes e interações institucionais

Os estudos da literatura internacional que investigaram a participação política feminina enquanto representantes em cargos legislativos e executivos buscaram explicar a sub-representação nestes postos pelo recrutamento partidário e as características e experiências das mulheres candidatas, pela existência de lei de cotas e o tipo do sistema eleitoral. A investigação feita por estes autores é identificar elementos formais ou informais do desenho institucional tanto da organização partidária quanto do sistema eleitoral que influenciem na representação de minorias políticas.

Existe outra literatura mais normativa, também focada em investigar a participação política que, por outro lado, tece uma crítica mais forte às instituições democráticas liberais e acreditam que só sua superação levaria a uma incorporação real das minorias nesses espaços. Esse grupo de autoras e autores, mais ligados às correntes participacionistas e da teoria política feminista, vão relativizar a importância da representação nas instituições formais para o exercício democrático, ampliando o escopo da investigação dos problemas de representação para formas de participação e deliberação em outras instâncias (LAVALLE, 2015). Assim, mais do que compreender as limitações da democracia institucional, seria preciso pensar novas formas de governança pública e accountability que complementem as fraquezas da democracia representativa atual.

A contribuição da teoria política feminista, por sua vez, é o de alertar para a reprodução de estruturas sociais desiguais dentro dos espaços políticos e públicos uma vez que, para autoras e autores dessa corrente, as relações individuais que ocorrem nos âmbitos institucionais não são neutras como é suposto por correntes da teoria liberal, utilizando muito da argumentação da divisão sexual entre os espaços público e privado (PATEMAN, 1988; FRASER, 1990; PHILLIPS, 1998; MANSBRIGDE, 1998). A lógica das teóricas feministas, com suas diferenças entre as autoras, é que os espaços públicos são estruturados e organizados dentro de uma lógica masculina, muitas vezes incompatível com a linguagem e posturas definidas no âmbito privado, relacionado ao feminino. Assim, enquanto que as mulheres são socializadas desde muito pequenas em e para os espaços privados, como no cuidado do lar e das crianças, os homens têm mais acesso ao âmbito público tal qual o trabalho e a política devido aos estímulos que recebem para tal. A menor presença das mulheres na política, dessa forma, se dá pela dificuldade de trânsito entre os espaços privado e público, dado que este último é estruturado de maneira tão diferente e monopolizada pelos homens que as mulheres não conseguem circular por ele com a mesma facilidade.

Muitos dos autores institucionalistas buscaram aliar essa teoria à análise das regras democráticas e como essas podem ou não facilitar o acesso das mulheres aos cargos públicos. Apesar de não fazer menção direta às dimensões do público e do privado, autores como Pippa Norris, Richard Matland, Jennifer Fox e Richard Lawless vão salientar a importância do auto interesse e confiança das mulheres, bem como a necessidade de incentivos externos para pensar em se candidatar e o quanto supor que os espaços partidários são neutros quanto ao gênero dos proponentes é, na verdade, prejudicial para incentivar o acesso de mulheres. Precisamente por isso, vão dar especial atenção aos processos de seleção e recrutamento partidários como forma de compreender esse acesso político e como este é alterado pelo sistema eleitoral.

Fox e Lawless (2012), analisando o cenário americano, argumentam nesta linha, defendendo que a teoria da neutralidade de gênero da arena eleitoral é falsa. Ainda que tão qualificadas quanto os homens, as mulheres têm menor probabilidade de serem incentivadas a concorrer pelas lideranças partidárias; a capacitação mínima exigida pelo

partido e pelas lideranças partidárias para as mulheres acaba sendo muito superior ao que é requerido para os homens – uma pré-candidata precisaria ter mais experiência, qualificação e potencial eleitoral que um homem para ter sua candidatura considerada pelo partido.

Os mesmos autores em um survey com mais de 2.100 jovens universitários americanos entre 18 e 25 anos (FOX, LAWLESS, 2013) encontraram que as mulheres têm uma ambição política muito menor que os homens, considerando muito menos concorrer a uma cargo político ou considerar entrar na vida política. As causas elencadas são o pouco incentivo e exposição a situações públicas e políticas de conflito: menor incentivo dos pais e familiares para levar a carreira política em conta como uma profissão no futuro, a menor exposição em casa e na escola a debates e notícias políticas, bem como uma menor participação em agremiações ou grupos competitivos. Além disso, as meninas recebem menos incentivo de qualquer pessoa ou grupo a qual é exposta para pensar na vida política e, mesmo quando entram ou consideram entrar nela, pensam que não são capacitadas o suficiente pra isso.

Matland (2005), num argumento parecido, vai indicar que as mulheres já começam sub-representadas no processo de recrutamento de candidaturas. Isso aconteceria por conta de uma cultura que estimula os homens a se interessarem mais por política e dá mais legitimidade à sua atuação na esfera pública que para mulheres, que, por sua vez, são educadas a circular nas esferas privadas e não se interessar pelo tema. Ainda seguindo essa argumentação com foco na estrutura organizacional do partido, Norris e Lovenduski (1993) argumentam que partidos mais burocratizados e com regras claras, inclusive de cotas internas para candidaturas femininas, favorecem a escolha de candidatas, enquanto partidos cujas lideranças se sustentam no carisma ou na tradição tendem a reproduzir o status quo.

Não basta, contudo, olhar somente para o processo de seleção partidária, dado que a estratégia dos partidos muda de acordo com o ambiente institucional em que se inserem. O fato de o sistema eleitoral ser proporcional e não majoritário também é apontado como um fator que aumenta a participação de mulheres, indica Matland. A justificativa é que seria mais confortável para o partido abrir mão de algumas vagas para candidatas mulheres sem que candidatos tradicionais percam suas chances. Quanto maior a magnitude do distrito eleitoral, maior também é a representação feminina pelo mesmo motivo; porém, o benefício

das listas fechadas (a ordenação dos candidatos é feita pelo partido) ou abertas (a ordem é definida pela votação) parece variar para cada país e não há consenso na literatura sobre qual sistema seria mais apropriado para fomentar a participação das mulheres nestes espaços.

Norris (2013) vai defender que distritos maiores e eleições proporcionais são desenhos especialmente favoráveis à presença de mulheres, contudo, políticas partidárias podem ser implementadas para criar um sistema de discriminação positiva, como cotas de gênero na seleção de candidaturas ou preenchimento de cadeiras. A idéia por trás dessas cotas é o de alterar os incentivos dos selecionadores; assim, é preciso pensar num desenho cujos detalhes não permita manobras e artifícios que desfavoreçam as mulheres; ou, ainda, pensar numa legislação que preveja punição para os partidos que não cumpram com os requisitos.

Olhando especificamente para a América Latina e tendo como comparação os sistemas políticos do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México e Uruguai, Escobar-Lemmon e Taylor-Robinson (2008) avaliam em que medida as normas de seleção de candidaturas afeta a representação de mulheres – isto é, se esses aspectos institucionais são neutros quanto ao gênero ou não. O pressuposto, compartilhado por este trabalho, é que ainda que as instituições, tais como as regras eleitorais, moldem o ambiente no qual os partidos competem, a forma como eles vão participar desse ambiente e a estratégia utilizada para maximizar suas chances eleitorais podem ser diferentes. Uma vez que os partidos têm liberdade de escolher suas estratégias, a forma como escolhem e apoiam seus candidatos é parte central da mesma. As autoras elencam cotas eleitorais de gênero, procedimentos de nomeação de candidaturas, federalismo e regras de coalizão partidária como aspectos do sistema político que afetam diretamente a ação estratégica partidária.

Os resultados indicam que diferentes combinações de regras e estratégias favorecem ou desfavorecem a representação feminina. O que parece ser mais significativo na variação da presença de mulheres na lista é o tipo de candidato que o partido busca selecionar. Nos casos estudados, o achado de que partidos que recrutam candidatos do tipo “party loyalists” são aqueles que mais favorecem a eleição de mulheres para o parlamento vai ao encontro

do teorizado por boa parte da literatura especializada, que defende que partidos coesos o suficiente para controlar seus filiados e candidatos são os que mais recrutam mulheres.

Seleção, recrutamento de candidaturas e estratégias partidárias.

Seguindo a argumentação da literatura revista na seção anterior de que o problema da sub-representação feminina está no acesso às instituições políticas, é preciso então delinear melhor o que é essa etapa, como ela se insere dentro da organização partidária e como se relaciona com a competição eleitoral. Partindo da premissa de que os partidos políticos são organizações centrais para esse processo, o argumento seguirá no sentido de mostrar que a diferença na eleição de mulheres para os cargos eletivos a depender do sistema eleitoral é, na verdade, reflexo das diferentes estratégias que os partidos são incentivados a ter pelas regras eleitorais, como a Lei de Cotas de Gênero. Isso impacta diretamente na forma como o partido avalia se as candidaturas femininas lhes são mais ou menos custosas de apoiar.

Infelizmente, os processos de auto seleção de candidaturas – isso é, quando a pessoa se considera apta tanto para competir quanto para ganhar - não podem ser totalmente apreendidos pela observação das regras e dos resultados subsequentes da seleção partidária. Conforme observa Norris (2013), ainda que o método mais comum de se chegar no processo pelo qual um partido escolhe seus candidatos seja olhar para seus estatutos e outros documentos de regras internas, sabe-se que muitas vezes há diferenças cruciais entre o que é previsto no regimento interno e o que de fato é praticado pelo partido. Algumas das etapas descritas no estatuto até podem ser seguidas, mas são meras formalizações de escolhas que se deram noutros momentos; ou, ainda, suplantadas por regras informais e registradas dentro dos parâmetros formais por requisito legal: a questão é o quanto existe uma escolha de fato sendo feita ou se é uma mera ratificação de um cenário dado anterior às regras. É o problema da “não-escolha” que, ao final, reflete uma escolha (Bachrach e Baratz (1962): determinados candidatos são desencorajados ou nem chegam a cogitar uma

candidatura por barreiras formais e informais do jogo político, como os estudos de Matland, Fox e Lawless indicaram.

Contudo, como argumentaremos a seguir, o fato do Brasil aplicar uma lei de cotas que reserva 30% das candidaturas da lista partidária ou da coligação nos permite ver o quanto os partidos apóiam efetivamente ou não candidaturas de mulheres que são obrigados a apresentar – ou seja, em parte, o problema da auto-seleção estaria reduzido uma vez que há incentivos para os partidos recrutarem ativamente mulheres candidatas. Parte da literatura e os dados mostram que, apesar desse incentivo, os partidos e financiadores de campanha não apóiam essas candidaturas da mesma maneira que apoiam candidaturas masculinas (SACCHET, 2012; SPECK, SACCHET, 2012; SPECK, MANCUSO, 2014). Isso nos leva então a investigar os critérios de seleção e recrutamento e que perfis de candidaturas são mais mobilizados a depender do cenário competitivo, e além disso, o quanto que as regras de competição e de incentivos à candidaturas e participação de mulheres é algo forte o suficiente para alterar a estratégia partidária.

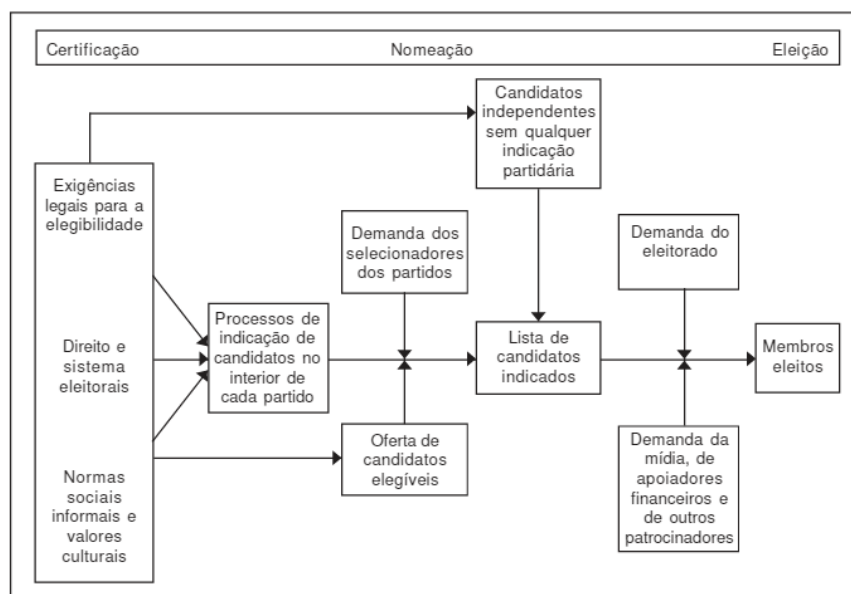
Os estudos clássicos de recrutamento e seleção partidária se relacionavam mais com a tentativa de compreender a formação de elites políticas que como parte de um processo competitivo entre atores intermediados por regras institucionais, conforme argumentam Braga e Bolognesi (2013). Ou seja, o foco recai sobre os indivíduos selecionados e as características que os tornava uma elite, sendo o processo interno aos partidos uma variável explicativa e não o centro da investigação.

Gallagher e Marsh (1988) foram centrais para trazer a interação entre sistema político e a natureza dos partidos na avaliação dos resultados do processo de seleção e recrutamento. Segundo eles, a importância dos estudos sobre seleção de candidaturas repousa sobre duas razões: primeiro, por ser um processo essencial no recrutamento partidário e, segundo, por ser uma arena de conflito intrapartidário. Assim, o acesso às "elites políticas" se dá pela aprovação de uma série de "gatekeepers", sendo os seletores de candidaturas os últimos nesse processo. É a partir da seleção de candidaturas que o partido define suas políticas públicas e a agenda que quer defender perante seu eleitorado. Daí, a importância de saber o que se passa neste “jardim secreto” da política.

Além disso, os autores defendem que essa é a uma das principais atividades do partido político e a forma como ela é feita é o que define a natureza e o posicionamento do partido, seja por ter postura mais clara frente ao seu eleitorado durante a agenda proposta na campanha, seja pelo tipo de política pública defendida uma vez dentro do governo. O arcabouço que usam no livro, com uma análise de nove países, se resume a três questionamentos: centralização do processo, extensão da participação, e as qualificações requeridas dos candidatos no processo.

A partir dessa linha, argumentam Braga e Bolognesi (2013), desdobramentos e esforços de pesquisa posteriores permitiram que os estudos de seleção e de recrutamento fossem vistos como processos distintos e diferentes tipologias e arcabouços teóricos surgiram para explicar o processo de seleção. Segundo os mesmos autores foram duas tipologias mais influentes para os trabalhos recentes no Brasil sobre seleção e recrutamento, a serem brevemente revisados: o trabalho de Pippa Norris (2013) e Rahat e Hazan (2001).

Dado que os partidos têm como função clássica a indicação de candidatos para todos os níveis de governo, Norris (2013) vai construir uma tipologia que passa por três perguntas: Quem pode ser eleito? Quem escolhe? Quem é selecionado? A estrutura geral da seleção pode ser resumida na figura abaixo⁵:



FONTE: a autora.

⁵ Elaborado pela autora em Norris (2013)

Primeiramente, existem limites legalmente impostos para quem pode se candidatar. A lei eleitoral pode impor critérios de idade, de tempo de filiação, de nacionalidade etc. a depender do cargo e são regras válidas para todas e todos os que pretendem se candidatar. Posteriormente, o partido político pode impor regras próprias aos seus filiados como condição para a candidatura, como estar em dia com a contribuição financeira do partido, tempo mínimo de filiação, não estar envolvido em processos criminais, ter certificação de curso de formação do partido etc. Essas regras ficam estabelecidas no estatuto de cada partido. Outras condições à candidatura podem ser impostas pelo conjunto de valores e expectativas sociais do que é ser um candidato apropriado.

A seleção dos partidos se manifesta também no quanto eles apoiam seus candidatos e lhes fornecem subsídios para o sucesso eleitoral, como tempo de TV - no Brasil, é o Horário Eleitoral Gratuito, recursos financeiros, como do Fundo Partidário ou repasses de doações que recebeu, cabos eleitorais dentre outros. Adicionalmente, os candidatos também precisam de publicidade extra-adquiridos com recursos próprios ou de terceiros, como o financiamento de viagens, escritórios, comitês eleitorais, impressão de material de campanha (“santinhos”) e mais.

A lógica sobre quem pode fazer a escolha dos candidatos pode ser vista sob diferentes prismas. Para aqueles que veem os partidos como organizações (Panebianco, 2005; Katz, Mair 1992), a indicação para um cargo é vista como uma variável dependente na explicação da divisão e distribuição de poderes intrapartidários entre diferentes órgãos e facções – quem tem poder de indicar, é o dono do partido.

Existem países que têm legislação própria sobre o processo seletivo; contudo, a maioria deixa e incentiva os partidos a terem regras internas próprias para tal. O quão democrático ou não é esse processo é determinado por três dimensões: o grau de centralização, a amplitude da participação no processo de escolha e escopo do processo (se pra um ou todos os cargos).

Sobre quem é selecionado, a autora argumenta que os estudos que focam no processo interno de recrutamento têm essa atenção pela forma que o perfil dos indicados pode ser uma tentativa de influência do partido no jogo legislativo, sendo peça fundamental para compreender o mecanismo de accountability entre eleitores e eleitos. Essa perspectiva

parte da premissa que a qualidade dos candidatos influencia a produção de políticas públicas da legislatura e, em última instância, a própria composição do governo.

Norris vai argumentar que quanto mais centralizada no partido e quanto mais partidário o voto, mais o sistema apresenta partidos disciplinados e coesos com propostas programáticas. Inversamente, listas elaboradas localmente e com votos individualizados levam a pouca *accountability* partidária, baixa disciplina partidária e benefícios personalistas ("pork"). O tamanho e a composição do distrito em disputa também influencia os incentivos do jogo eleitoral. Pensando no sistema de voto preferencial, em que os eleitores expressam sua preferência partidária por intermédio de um candidato apontado pelo partido, distritos multinomiais com magnitude muito alta são mais propensos a enfraquecer os incentivos para o voto personalista. Isso acontece porque é muito difícil que um candidato sozinho consiga se sobressair na disputa sem que tenha apoio do partido – que vai na contramão do que é argumentado no caso brasileiro, como veremos a seguir.

A tipologia de Rahat e Hazan (2001) segue critérios parecidos, porém, definindo mais claramente as fronteiras entre seleção e recrutamento, incluindo aquela neste. A seleção de candidaturas é um processo inteiramente interno aos partidos e ultrapassa questões legais ou regras formais do sistema partidário e, segundo os autores, é importante de ser estudado, pois suas consequências perduram para além das eleições: é o que vai definir a postura do partido perante o eleitorado e o que indicará qual sua agenda no governo, caso vença as eleições. A classificação de qualquer partido sendo analisado se dá em quatro dimensões: o *selectorado*; as candidaturas; o grau descentralização do processo de escolha e, por fim, se a escolha é feita por nomeação ou por procedimento de votação.

O *selectorado* é o corpo que seleciona os candidatos, podendo ser composto desde uma única pessoa, o selector, num grau mais extremo de exclusão, até todos os filiados ou todos os eleitores do país, na ponta oposta do mesmo continuum, na inclusividade. Primárias ou prévias partidárias estariam no ponto médio desse continuum.

As candidaturas dizem respeito às regras internas ao partido que permitem as pessoas de se candidatarem ou não ou, ainda, os requerimentos extra-legais que o partido

impõe para considerar uma candidatura potencial a ser lançada. Um partido pode ser mais ou menos inclusivo dependendo da quantidade e da complexidade desses requisitos: pode permitir que qualquer eleitor filiado possa se candidatar ou, por outro lado, pode exigir que contribuições monetárias estejam em dia ou que a candidata ou candidato tenham determinadas atitudes em sua vida pública.

A Descentralização não deve ser confundida com inclusividade. Esta diz respeito ao quanto as decisões estão localizadas num só órgão ou nível decisório dentro do partido, e não quantas pessoas de fato participam desses espaços, tal como a descentralização entre diretórios locais, regionais e nacionais; ou entre funções, como grupos específicos para a seleção de candidaturas de minorias ou setoriais.

O procedimento de votação diz respeito a como a escolha se dá – ela pode ser por indicação, primárias, prévias, votação dos filiados ou de um colegiado em listas abertas ou fechadas, escolhas diretas ou indiretas etc. É como um micro-cosmo do sistema eleitoral, tanto que os autores indicam que é comum haver uma conexão entre ambos.

Em suma, a literatura especializada em seleção e recrutamento vai atentar tanto para aspectos internos aos partidos políticos, como suas formas decisórias e a natureza desses espaços, bem como sua interação com o sistema político em que estão inseridos. Se, por lado, essa interação parece ser mais levada em conta para compreender uma atuação qualitativa dos partidos – isto é, como isso altera seu posicionamento ideológico e de formuladores de políticas públicas – o mesmo aspecto pode ser salientado e utilizado para a análise proposta no artigo, que é de verificar as estratégias que os partidos podem adotar dada sua composição interna e os incentivos das regras pelas quais interagem.

Partidos e Sistema Político no Brasil: Fragmentações e centralidades

Continuando a pensar no que é esperado dos partidos políticos a depender do ambiente institucional em que eles se encontram, espera-se que, num sistema de representação proporcional de lista aberta como o Brasil, os partidos políticos tenham

pouco ou nenhum controle sobre os candidatos e, com isso, teriam poucas condições de fazer valer sua estratégia de apoio a candidaturas mais fortes – aquelas que acreditam trazer maior probabilidade de sucesso eleitoral para o partido. Diferentemente do que ocorre com os partidos políticos sob o sistema de lista fechada, nos quais é o partido político e suas respectivas lideranças que, ao definirem a ordem das candidaturas na lista, escolhem e apoiam os seus candidatos mais fortes; nos sistemas de lista aberta os partidos políticos não teriam controle nesse ordenamento ou promoção daqueles candidatos mais fortes, sendo meros apoios formais de registro das candidaturas individuais.

Parte da literatura defende que, sob lista aberta, os incentivos para os candidatos agirem individualmente são altos, e cada candidato busca recursos e votos por conta própria (MAINWARING, 1991; AMES, 2003, SAMUELS, 1999; NICOLAU, 2006). No Brasil, o grande número de partidos políticos, somado a alta magnitude dos distritos eleitorais, o pouco tempo de exercício democrático e o presidencialismo seria uma combinação institucional que fomentaria a atuação individual e focada em maximizar os ganhos próprios. Esse individualismo estaria refletido tanto no plano eleitoral, em que cada candidato procura, sozinho, maximizar seus votos e chances de vencer as eleições sem buscar ajuda ou coordenação com outros candidatos e o próprio partido político, a maioria com o perfil de *office-seeking*; bem como se reflete também na atuação legislativa, pouco coesa e de baixa disciplina partidária pois cada parlamentar buscaria maximizar individualmente as políticas públicas pelas quais poderia se responsabilizar perante seu eleitorado, num perfil de política *pork-barrel*.

Ao passo que existe uma grande literatura empenhada em mostrar a coesão e coordenação partidária na arena legislativa (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999; AMORIN NETO E SANTOS, 2001), uma parte considerável da produção brasileira de estudos eleitorais têm se focado em discutir os determinantes do sucesso eleitoral (SPECK, MANCUSO, 2014; PEREIRA, RENNÓ, 2007) ou a formação de preferências partidárias e políticas (CARREIRÃO, 2007; VEIGA, 2007), sem, contudo, atentar suficientemente para o papel que os partidos políticos podem ter na coordenação dessa disputa ao deterem

recursos importantes para a campanha eleitoral. O trabalho de Guarnieri (2011) é um dos primeiros a argumentar pela força que os partidos possuem enquanto organizações na disputa eleitoral e trazer dados de seu funcionamento interno como variável explicativa de sua estratégia e posterior sucesso eleitoral.

A classificação que o autor faz se utiliza da tipologia clássica de Panebianco (2005) para indicar a centralização e inclusão dos processos decisórios, observando se os órgãos partidários se compõem como diretórios ou comissões provisórias e também suas regras estatutárias para indicar essas duas dimensões. PT e PMDB são exemplos, então, de partidos organizados/Poliárquicos, em que há pouca centralização e grande inclusão de grupos nos processos decisórios. PSDB, PDT e DEM são do tipo mistos/Oligárquicos, em que o processo é bem centralizado ao mesmo tempo que inclusivo. Por fim, partidos como o PTB e PP são do tipo pouco organizados/Monocráticos e têm alta centralização e baixa inclusão em suas decisões.

O autor mostra evidências empíricas de que as diferentes formas de organização interna que os partidos têm e, conseqüentemente, a centralidade das lideranças partidárias na escolha dos seus candidatos altera a estratégia eleitoral adotada pelo partido, resultando numa lista maior ou menor de candidaturas a depender do grau de centralização decisória. Partidos mais descentralizados, isto é, em que as lideranças tem menor controle de suas bases, lançam mais candidatos quando comparados com aqueles partidos cuja liderança tem mais poder decisório. Por outro lado, a lista lançada pelos partidos Poliárquicos parece ter menor chance de vitória, o que indica um problema de coordenação estratégica interna dos partidos. Do mesmo modo, partidos Monocráticos lançam menos candidatos, mas com mais chances de vitória.

Um dos indicadores possíveis de se observar da coordenação estratégica dos partidos brasileiros é olhar como eles alocam seus recursos. Parte da literatura brasileira indica que os partidos exercem algum controle sobre sua lista e sobre suas candidaturas a partir da diferente distribuição de recursos em seu poder que podem dar entre seus candidatos, tais como dinheiro, tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), recursos humanos e da máquina partidária, etc.

Segundo Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999), o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral pode indicar um “ordenamento informal” da lista de cada partido, uma vez que o tempo disponível de propaganda poderia ser distribuído entre os candidatos de acordo com o grau de controle exercidos pelas lideranças intrapartidárias. Contudo, essa alocação diferenciada não resulta imediatamente em resultados eleitorais, ainda que ela indique uma ordem preferencial e estratégica do partido político como um todo. Revisitando esse trabalho, Albuquerque, Steibel e Carneiro (2008) reiteram o argumento de que a distribuição do HGPE é feita de modo desigual entre os candidatos do partido e que não parece haver um critério individual de alocação do tempo. Alguns partidos optam por concentrar o tempo em poucos candidatos, geralmente os “puxadores de votos”, enquanto que outros optam pela distribuição entre todos os candidatos, reforçando o argumento de que a alocação dos recursos é um reflexo da organização estratégica partidária.

O fundo partidário também é um dos recursos que os partidos políticos possuem para mobilizar em suas estratégias eleitorais e de manutenção de sua organização. A Lei dos Partidos Políticos de 1995 estipula, além da forma como esse fundo será composto, como os partidos podem gastá-lo. Essa determinação deixa os partidos com relativa autonomia para determinar como esses recursos serão gastos, deixando até 60% dele para gastos livres, 20% dos recursos deve ser aplicado nos institutos ou fundações do partido, e o máximo de 20% dos recursos pode ser gasto com pagamento de pessoal. (BRAGA, BOURDOUKAN, 2009, p. 137). Avaliando como se dá a distribuição interna do dinheiro, Braga e Bourdoukan (2009) apontam que os maiores partidos possuem diferentes regras para a sua alocação dentro suas organizações sub-nacionais. No geral, partidos como PMDB e PSDB tendem a concentrar mais os recursos nos diretórios regionais e estaduais, enquanto o PT tendem a concentrar nacionalmente.

Em trabalho mais recente, Santos (2014) buscou verificar para as eleições a Deputado Federal em 2010 no Rio de Janeiro, se os partidos políticos alocavam seus recursos em candidatos com relevância política de eleições anteriores, transformando-os em uma “elite de candidatos”. Isto é, distribuíam mais recursos entre alguns candidatos com

possível sucesso eleitoral. A partir de testes estatísticos, Santos confirmou sua principal hipótese de que as doações dos partidos se concentraram em um pequeno grupo de candidatos, ou seja, os partidos perpetuaram uma “elite de candidatos” em que estes já teriam mais chances de sucesso eleitoral por terem participado de pleitos anteriores.

No caso da alocação de recursos entre candidatos de diferentes gêneros, Sacchet e Speck (2012) analisaram os dados do TSE referentes ao pleito de 2006 para deputado federal e estadual e encontraram que mulheres recebem menos dinheiro que seus competidores homens; mesmo quando controlando pelo fator reeleição (que representaria a posse de capital político), a diferença de arrecadação entre homens e mulheres diminuía, mas persistia. O último estudo que verificou este aspecto foi o de Mancuso e Speck (2014). Avaliando a tese de Jacobson (1978) de que *challengers* dependem mais do dinheiro do que *incumbents* em adição ao exame do gênero do candidato encontraram que a dependência de financiamento político para a conquista de mais votos se dá na seguinte ordem, da maior para a menor: mulheres *challengers*, homens *challengers*, mulheres *incumbents* e homens *incumbents*.

Ou seja, ainda que, de fato, as regras institucionais brasileiras possam ter estímulos a um comportamento mais individualista daqueles que participam da política, é preciso cuidado ao estender esse argumento como diagnóstico absoluto dos partidos políticos. Conforme a literatura revista indica, os partidos possuem incentivos para agir como organizações e até mesmo dispõem de recursos para agir autonomamente. Ao passo que, no momento da campanha política, possa se ter um apelo maior para a figura do candidato sozinho e sem partido, todo o processo anterior a esse momento tem regras que incentivam a ação coletiva enquanto partido. Esse momento envolve decisões e disputas de atores sobre recursos e divergências estratégicas..

Análise empírica

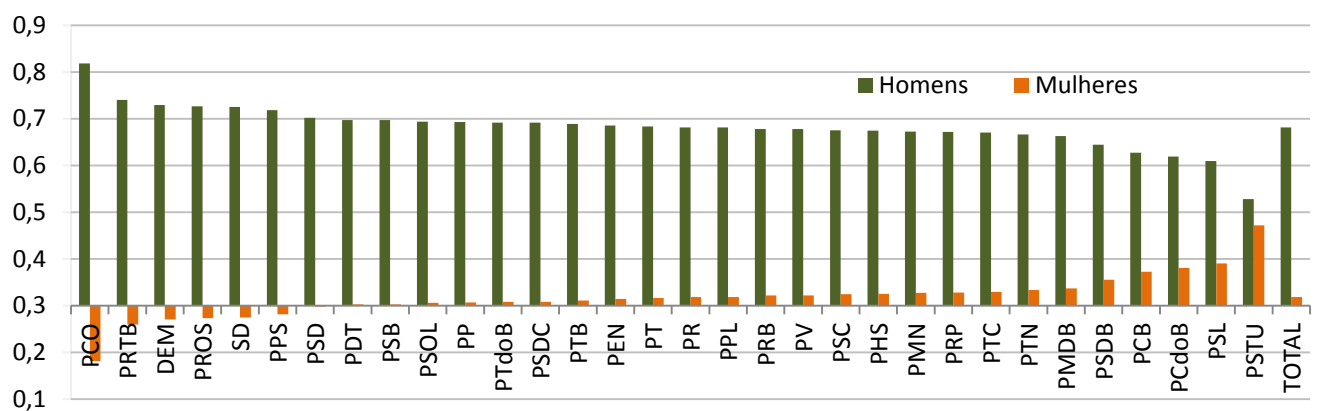
Os dados utilizados para verificar algumas das proposições e achados anteriores da literatura são os fornecidos pelo TSE a respeito do pleito ao cargo de Deputado Federal em 2014, incluindo informações sobre as candidaturas e sobre as declarações individuais de

receitas para a campanha. O que nos interessa saber, a partir de análises preliminares e descritivas, em que medida os partidos políticos parecem responder aos incentivos legais para apresentar candidaturas femininas; paralelamente, também verificar se existem indícios de que os partidos possuem alguma estratégia própria e diferente de outros atores envolvidos na disputa eleitoral.

As evidências utilizadas para tal é a comparação na distribuição e padrão de alocação dos diversos tipos de receitas recebidos pelos candidatos, sendo estes entendidos como proxys dos apoios e estratégias daqueles que as doaram. Posteriormente, será esboçado algumas conclusões a respeito dos dados analisados a seguir, quais os desdobramentos possíveis para estimar a interação entre estratégias partidárias e o viés na seleção de candidaturas femininas e limitações destas.

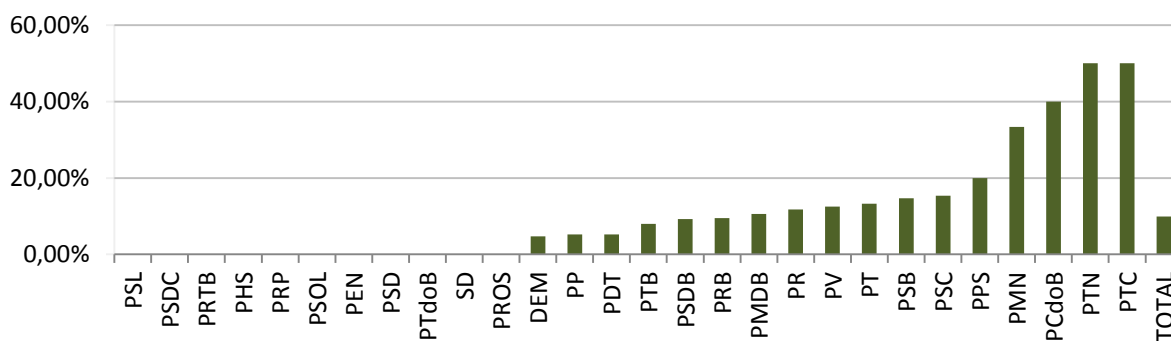
Num primeiro momento (ver Gráfico 1), verifica-se que 31,83% das candidaturas totais foram de mulheres. Quase todos os trinta e dois partidos inscritos para as eleições alcançaram a marca prevista pela lei de cotas, exceto sete deles: PCO, PRTB, DEM, PROS, SD, PPS e PSD. Após as eleições (ver Gráfico 2), contudo, apenas 4 partidos têm como resultado o que seria esperado pelo incentivo da lei de cotas de 30% de representantes mulheres: PMN, Pcdob, PTN e PTC. Na média, a Câmara dos Deputados ao final das eleições de 2014 fica com 9,9% de mulheres.

Gráfico 1 – Proporção de Candidaturas Masculinas e Femininas dos Partidos para Deputado Federal em 2014



Fonte: TSE. Elaboração Própria

Gráfico 2 – Proporção de Mulheres Eleitas para Deputado Federal em 2014



Fonte: TSE. Elaboração Própria

Fica evidente que a Lei de Cotas sozinha continua sendo ineficaz para aumentar o número de mulheres eleitas. Pela Lei nº 12.034 de 2009, que altera a Lei dos Partidos Políticos de 1997 e o Código Eleitoral de 1965, não há punição alguma prevista para o partido ou coligação que assim o deixar de fazer .

A mesma Lei também prevê, inciso V do artigo 44, que os partidos são obrigados a destinar pelo menos 5% dos recursos financeiros que recebe de pessoas físicas e jurídicas “na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres”, sem especificar ao certo que tipos de programas de promoção e difusão

estariam inclusos nesse requisito. No inciso IV do artigo 45, também se determina que os partidos devem “*promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento).*” Ao contrário do preenchimento da lista por pelo menos 30% de mulheres candidatas, o partido que não cumprir com esses dois artigos fica sujeito apenas a perder tempo de transmissão no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

Dado que os recursos que o partido detém são, de alguma forma, regulados para incentivar as mulheres e também a literatura que já mostrou exaustivamente a correlação positiva entre financiamento e votos recebidos, precisamos entender de que maneira esses recursos são alocados entre candidatas e candidatos e se isso impacta diferentemente cada um deles. Seguindo a classificação da Guarnieri (2011), vamos avaliar as candidaturas de quatro partidos em todos os Estados do Brasil: PMDB e PT, por serem partidos do tipo Poliárquico/Organizado, sendo que o PT é frequentemente descrito como um partido de estrutura organizacional bem distinta dos outros partidos (RIBEIRO, 2013); o PSDB, como exemplo de partido “Oligárquicos/De Organização Mista” e o PP como exemplo de partido Monocrático/Pouco Organizados.

Os recursos foram divididos entre aqueles provenientes de Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas, recursos próprios e recursos de origem partidária⁶, sendo que este último é a soma dos repasses feitos pelo próprio Partido Político do candidato e os repasses de outros candidatos e comitês⁷, além do próprio Fundo Partidário. De fato, os recursos estão positivamente correlacionados com o número de votos recebidos entre todos os partidos (SAMUELS, 2001a e 2001b).⁸

Como vemos na Tabela 1, Exceto para o PT, os recursos partidários são os com a maior correlação com o número de votos, um indício de que talvez esses recursos sejam

⁶ Foram excluídos da análise os valores referentes a fontes diversas, como a de venda de bens, doações pela internet e de aplicação em investimentos financeiros por terem distribuição muito desigual entre alguns poucos candidatos.

⁷ A escolha por essa junção desses recursos se justifica pela definição que literatura de seleção e recrutamento defende de que os partidos são o local de disputas de facções e diferentes lideranças pelo controle da lista de candidatos. Essa justificativa, contudo, não anula a necessidade de também se verificar o padrão de distribuição e de impacto dessas fontes separadamente em estudos futuros.

⁸ Tanto os números referentes aos votos quanto aos dos recursos de financiamento foram padronizados em logaritmo na base 10 para que suas grandezas fossem comparáveis

mais centrais e essenciais para a eleição e que, como defendemos, são um sinal da força dos partidos na hora de escolher as candidaturas que considera mais estratégicas para a vitória. Para todos os partidos a correlação com os recursos próprios é mais baixa que com outros tipos de recursos.

Tabela 1 – Correlação entre Número de Votos e Recursos de Campanha por Tipo de Recurso

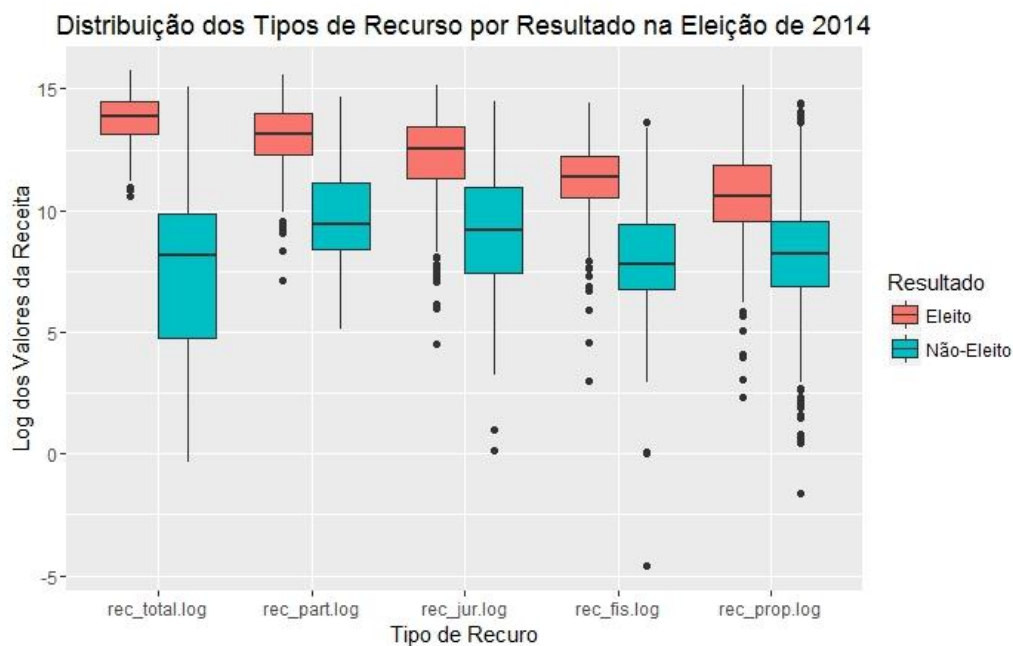
Correlação de Pearson com o número de votos recebidos	Recursos Totais	Recursos Partidários	Recursos Pessoas Jurídicas	Recursos Pessoas Físicas	Recursos Próprios	Nº de candidaturas
Total dos Partidos	0,605	0,744	0,611	0,631	0,537	7139
PT	0,717	0,710	0,699	0,723	0,496	395
PSDB	0,690	0,778	0,681	0,684	0,581	329
PMDB	0,662	0,710	0,614	0,613	0,601	383
PP	0,714	0,930	0,775	0,628	0,506	189

Fonte: TSE. Elaboração Própria

No Gráfico 3, vemos que distribuição desses recursos entre aqueles eleitos (seja pelo Quociente Partidário, seja por Média) e os não-eleitos confirma que os eleitos recebem muito mais dinheiro que aqueles que não conseguiram se eleger. A primeira coluna diz respeito aos recursos totais, seguida dos recursos partidários, de pessoas jurídicas, pessoas físicas e recursos próprios.

Os recursos partidários são os que têm distribuição mais distinta entre eleitos e não-eleitos, enquanto que os recursos próprios são os que menos se distingue. A presença de outliers nessa categoria de recurso também é um indício de que alguns partidos escolhem investir muito em poucos candidatos, podendo indicar as candidaturas puxadoras de voto.

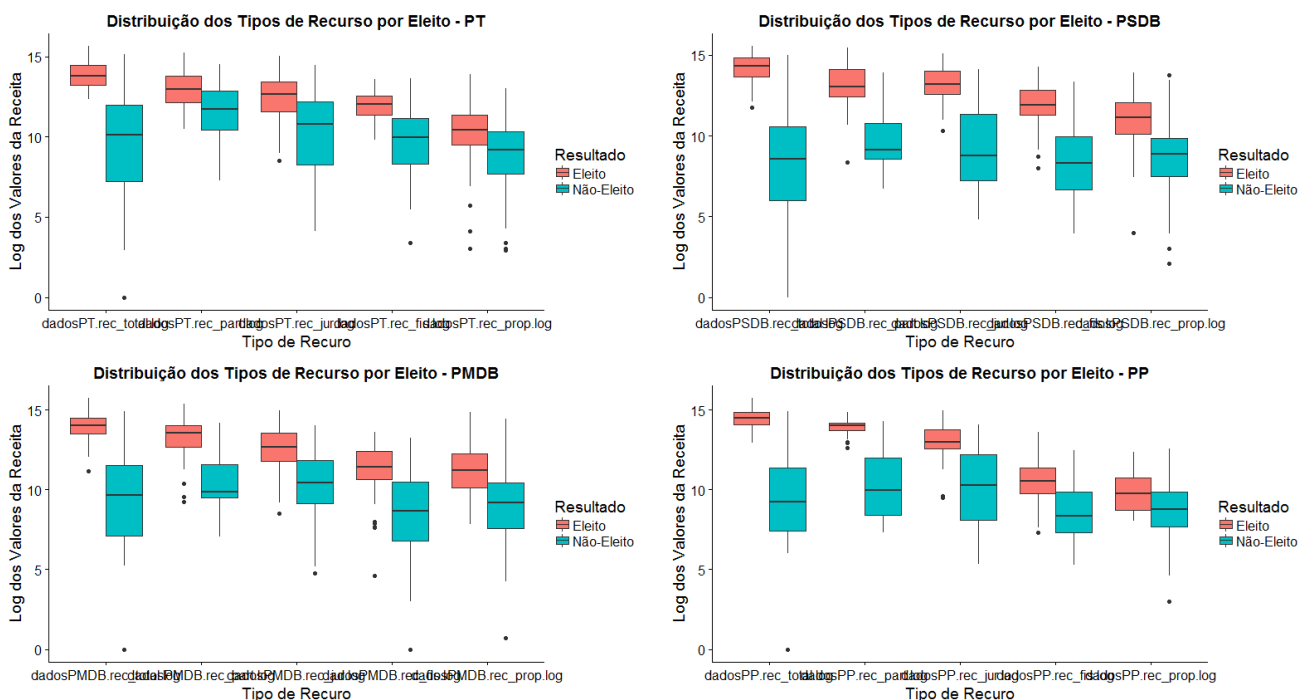
Gráfico 3



Fonte: TSE. Elaboração Própria

Entre os partidos escolhidos para a análise (Figura 1), também se nota diferença, ainda que a tendência de concentração de recursos entre os eleitos se observe em todos. Os recursos partidários são especialmente concentrados entre os vencedores no PP e no PMDB – este, por sua vez, é o que aparenta ter a maior alocação de recursos para poucos indivíduos. Por outro lado, o recurso mais concentrado no PT é o proveniente de Pessoas Físicas. No PSDB, todos os tipos de recursos estão concentrados nos vencedores.

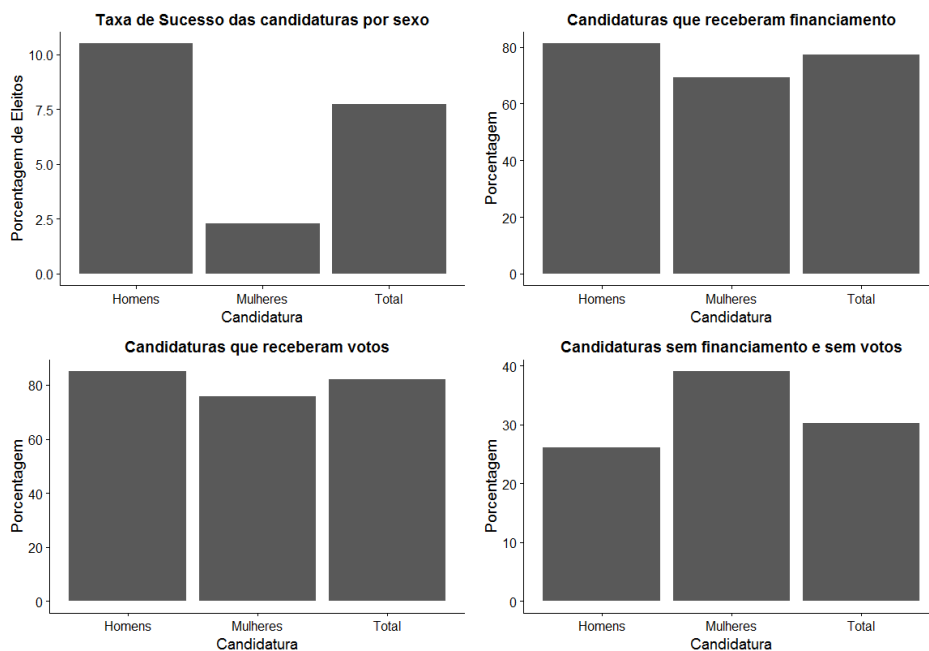
Figura 1



Fonte: TSE. Elaboração Própria

Passando a olhar para a distribuição de votos e recursos entre homens e mulheres (Gráfico 4), vemos que as candidaturas femininas são as com a menor chance de sucesso (Tabela 2) e também as que recebem menos votos (Tabela 3) e menos recursos (Tabela 4). Também são as candidaturas que mais apresentam registros com zero votos e zero recursos de financiamento de campanha (Tabela 5). Este último achado, em especial, é um forte indício das candidaturas do tipo “laranja”, como a literatura especializada na participação das mulheres em eleições chama: são candidaturas cujo registro na lista é feito somente para que o partido ou a coligação alcance o patamar mínimo de 30% de mulheres candidatas. No total, são quase 40% das candidaturas femininas que não obtiveram sequer um voto, nem um real para suas campanhas. Para os quatro grupos de análise, o teste de independência indica que podemos descartar a hipótese nula de que o sexo da candidatura não está relacionado com o número de votos ou de recursos recebidos.

Figura 2



Fonte: TSE. Elaboração Própria

Tabela 2

Taxa de sucesso das candidaturas

Total das Candidaturas	Mulheres	Homens
7,74%	2,30%	10,49%

$n= 7139$. $X\text{-squared} = 120.91$, $df = 1$, $p\text{-value} < 2.2e-16$

Tabela 3

Candidaturas que receberam votos

Total das Candidaturas	Mulheres	Homens
82,20%	75,84%	85,17%

$n= 7139$. $X\text{-squared} = 91.484$, $df = 1$, $p\text{-value} < 2.2e-16$

Tabela 4

Candidaturas que receberam recursos

Total das Candidaturas	Mulheres	Homens
77,46%	69,32%	81,26%

$n= 7139$. $X\text{-squared} = 125.79$, $df = 1$, $p\text{-value} < 2.2e-16$

Tabela 5

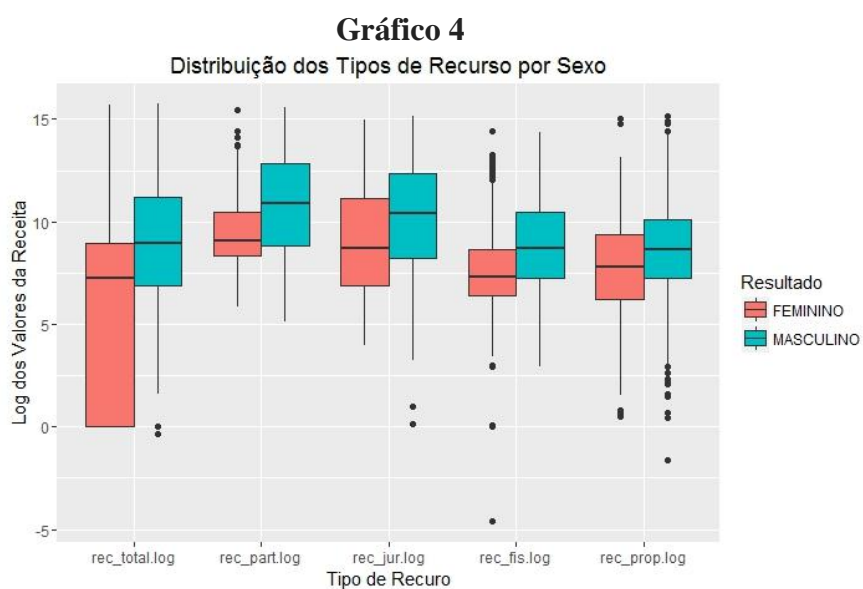
Candidaturas sem votos e sem recursos

Total das Candidaturas	Mulheres	Homens
30,24%	39,08%	26,11%

$n= 7139$. $X\text{-squared} = 122.89$, $df = 1$, $p\text{-value} < 2.2e-16$

Fonte: TSE. Elaboração Própria

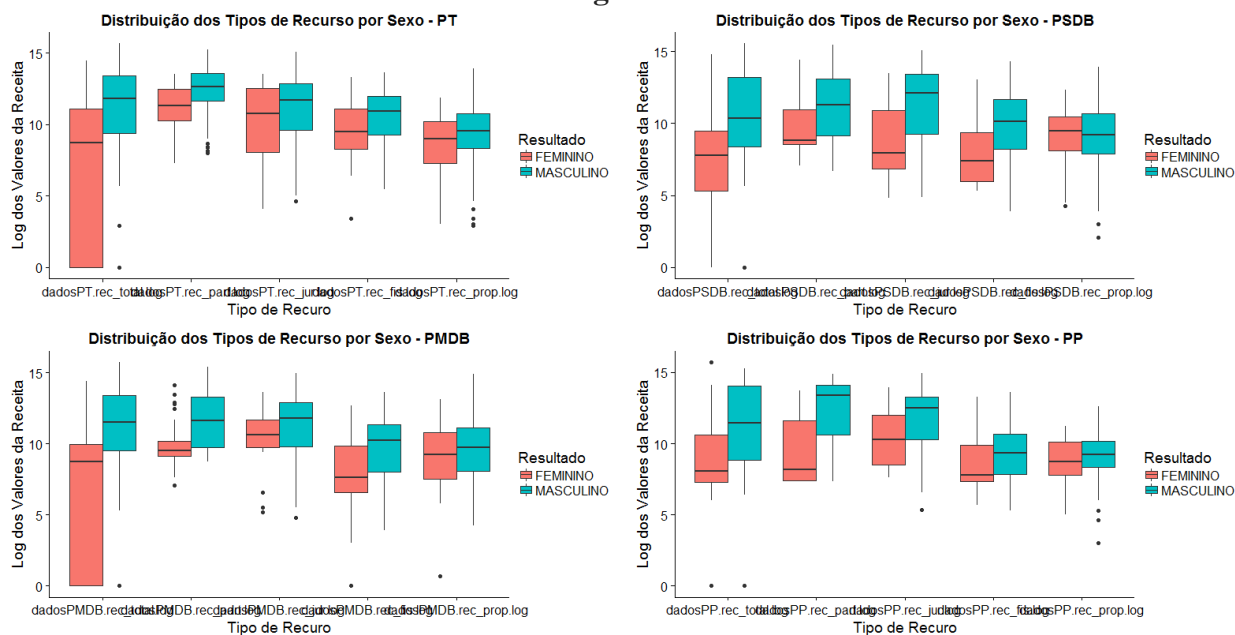
A distribuição de cada tipo de recurso entre candidatas e candidatos considerando todas as candidaturas também indica conclusões parecidas com as obtidas até agora (Figura 2). Em média, as mulheres recebem um volume menor de dinheiro de todos os tipos de recursos. A coluna de recursos totais mostra uma distribuição relativamente ampla, com muitas candidatas recebendo recursos perto de zero conforme indicara nossos testes anteriores. Os recursos partidários têm a maior média entre os homens, enquanto que são os recursos de pessoas físicas que têm a menor média entre as mulheres. Os recursos próprios têm distribuição similar entre candidatas e candidatos.



Fonte: TSE. Elaboração Própria

A distribuição dos recursos entre os partidos (Figura indica tendências interessantes. Novamente, todos os partidos, em média, distribuem mais dos seus recursos para homens que para mulheres; o PP é o que apresenta a maior diferença e o PT, a menor delas. PT e PMDB apresentam um número maior de candidaturas com zero recursos no total, sendo que este último é o partido que apresenta o maior número de outliers mulheres na distribuição dos recursos partidários – novamente, indicando a alocação de muitos recursos para algumas poucas candidaturas notáveis.

Figura 3



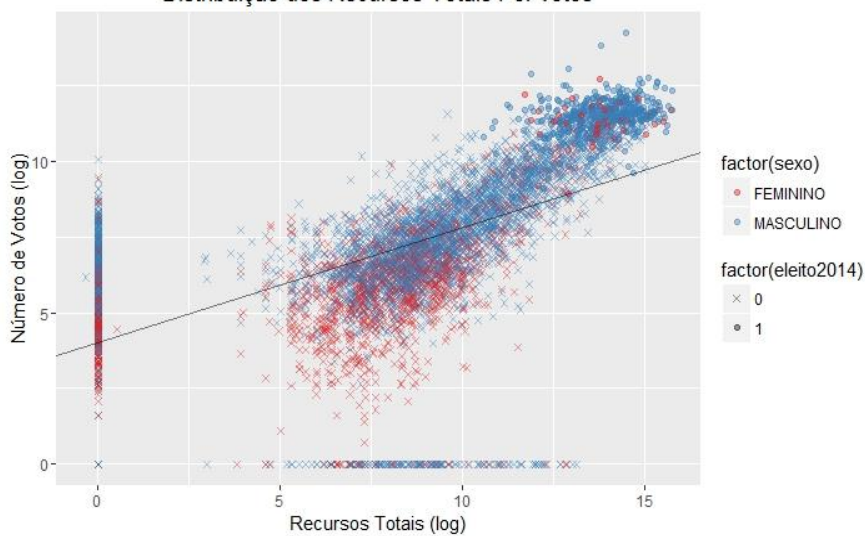
Fonte: TSE. Elaboração Própria

Quando olhamos a distribuição entre votos e recursos dentre todos os candidatos (Gráfico 5) , identificando os eleitos e os não eleitos, mulheres e homens, o gráfico também aponta para uma concentração de mulheres não eleitas com poucos recursos, numa ponta; e um grupo bem definido de homens, eleitos e com recursos na outra ponta. No lado extremo esquerdo do gráfico também se nota uma coloração mais forte de mulheres com zero recursos e zero votos – concentração essa que, inclusive, inclina negativamente a reta de ajuste . Ainda que esse grupo de candidaturas sem votos e sem recursos distorça a reta ajustada de regressão entre as duas variáveis, elas são forte e positivamente correlacionadas⁹. O mesmo gráfico (Figura 4), agora olhando separadamente para cada lista partidária, indica a mesma tendência. A maioria das candidaturas femininas não é eleita e não tem tantos recursos quanto os homens.

⁹ Ver anexo para os resultados e estatísticas das regressões de todos os gráficos apresentados desta seção em diante.

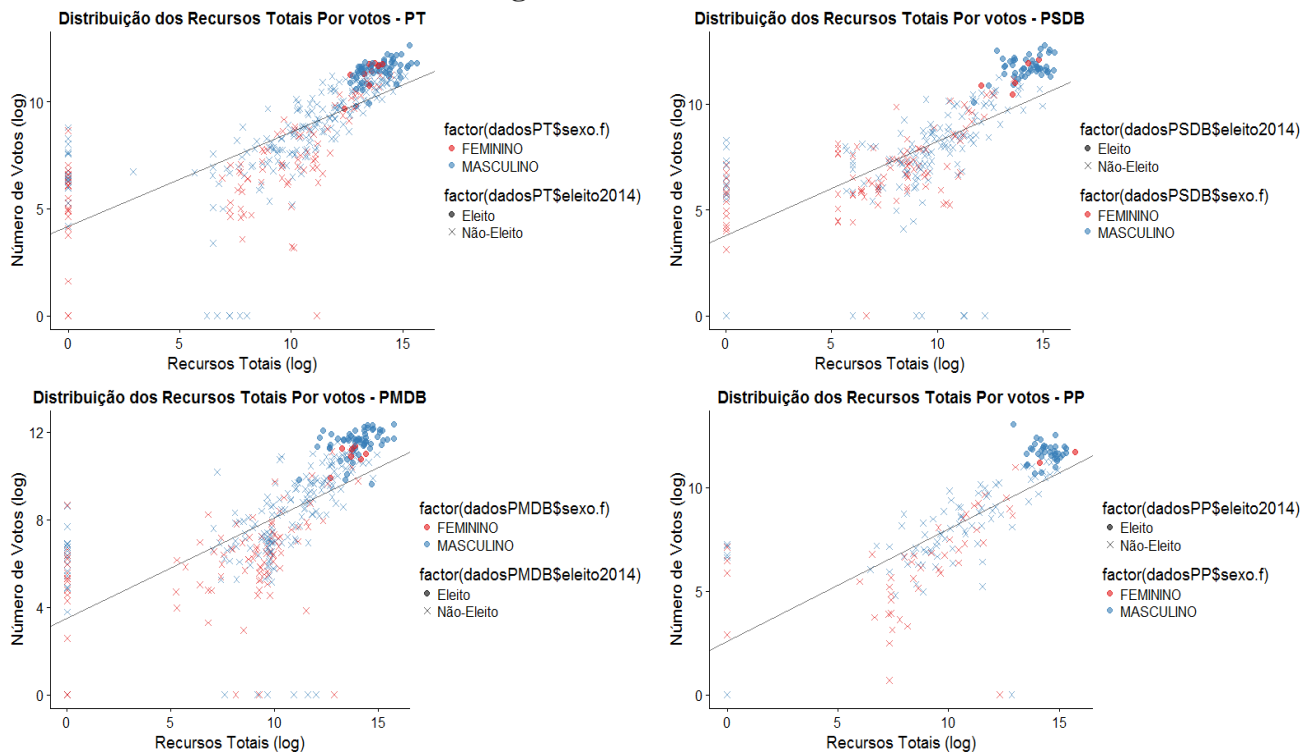
Gráfico 5

Distribuição dos Recursos Totais Por votos



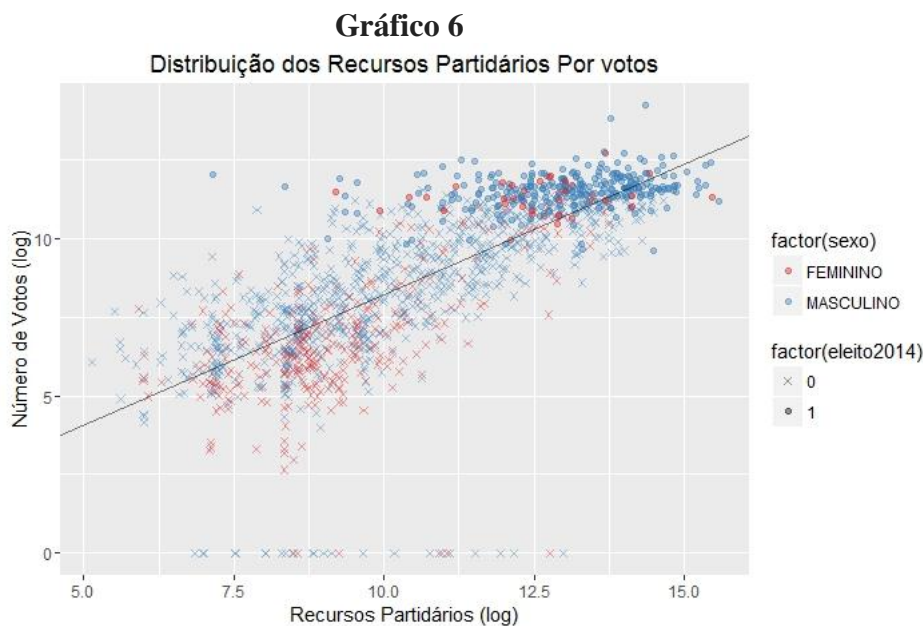
Fonte: TSE. Elaboração Própria

Figura 4

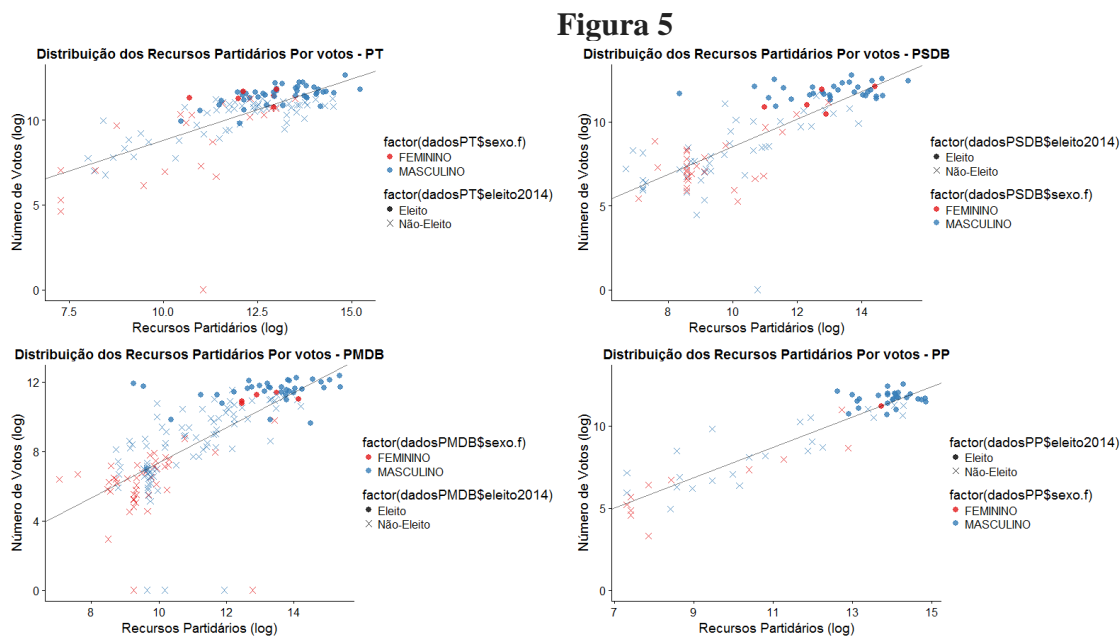


Fonte: TSE. Elaboração Própria

O gráfico para os recursos partidários (Gráfico 6) parece ter uma concentração maior entre os dois pólos de homens eleitos e com recursos e de mulheres não-eleitas sem recursos. Entre os partidos (Figura 5), essa tendência é visualmente mais forte no PMDB e no PSDB. Isso parece indicar que, nesses dois partidos, lideranças e órgãos decisórios alocam menos recursos para candidatas.

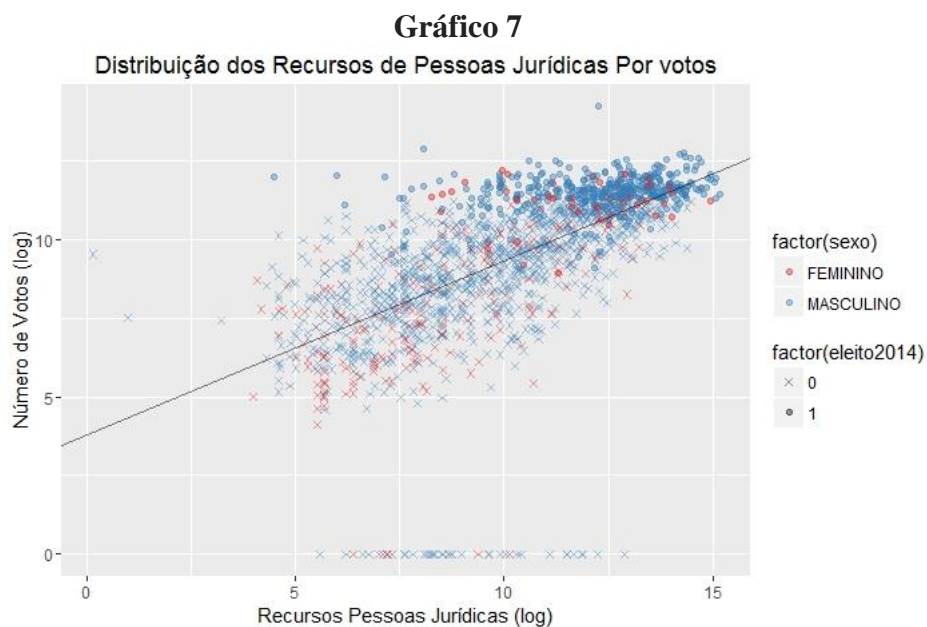


Fonte: TSE. Elaboração Própria



Fonte: TSE. Elaboração Própria

Por outro lado, o gráfico dos recursos de pessoas jurídicas (Gráfico 7) mostra uma distribuição um pouco mais uniforme entre homens e mulheres, o que pode indicar uma diferente estratégia dos atores empresariais ao financiarem campanhas ou, ainda, outra forma como se dá a mobilização dos mesmos pelos partidos e candidatos. O mesmo padrão se repete para os partidos¹⁰.

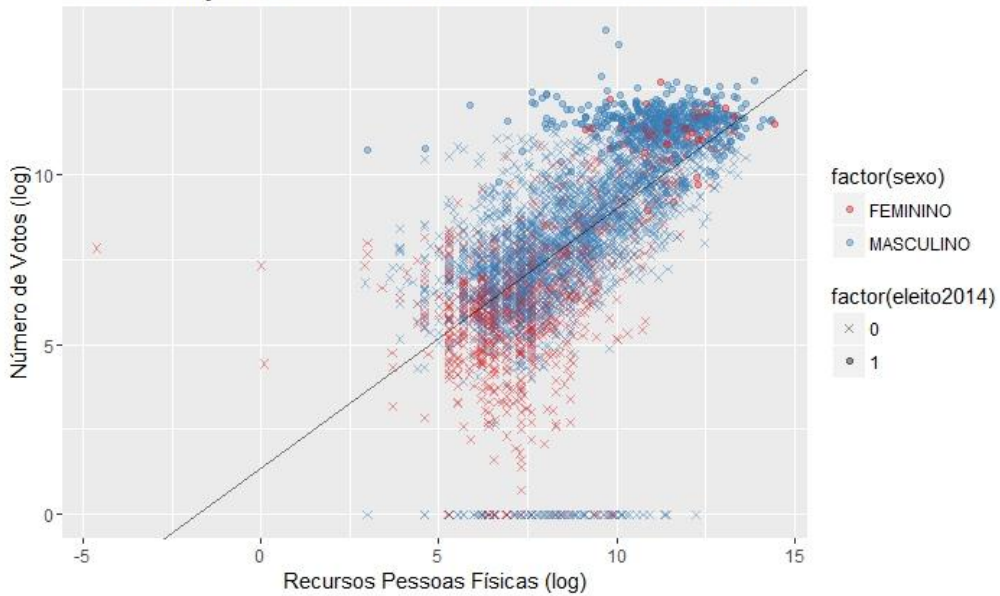


A distribuição dos recursos de pessoas físicas (Gráfico 8), por sua vez, é mais concentrada; porém, com uma maior presença de homens também recebendo menos dinheiro e menos votos. Entre os partidos (Figura 7), o PP, e um pouco o PSDB, são os partidos que mais se distanciam do padrão de distribuição dos outros partidos, com eleitos recebendo diferentes quantias de dinheiro de pessoas físicas. A inclinação da reta ajustada indica que esse tipo de recurso parece ter menos impacto no voto como um todo que nos outros partidos.

¹⁰ Ver Figura 6 no Anexo para os gráficos da distribuição de recursos de Pessoa Jurídica por partido.

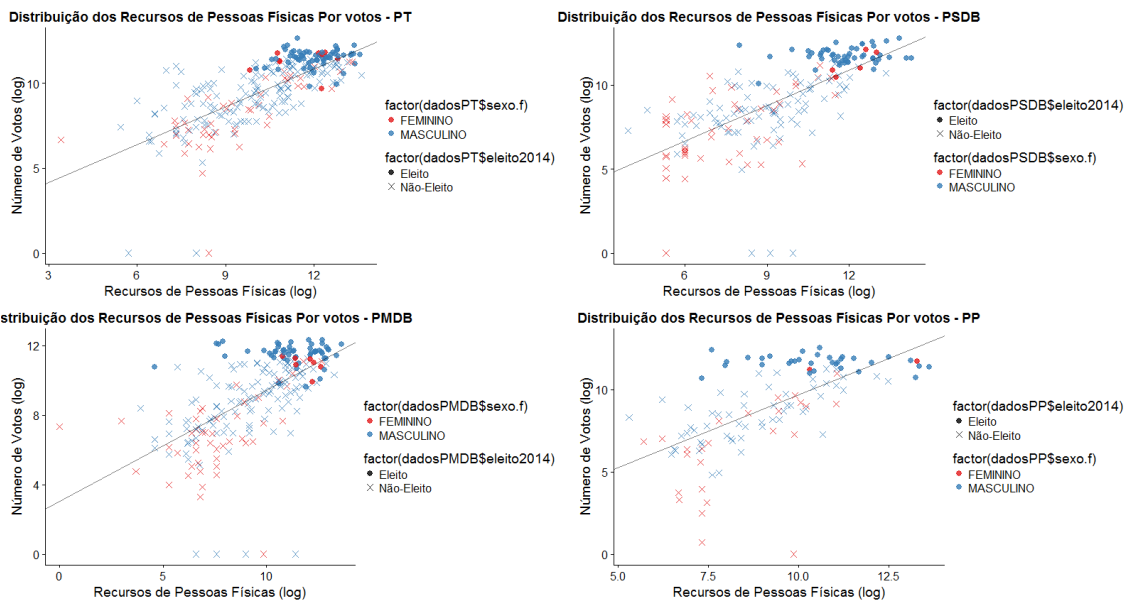
Gráfico 8

Distribuição dos Recursos de Pessoas Físicas Por votos



Fonte: TSE. Elaboração Própria

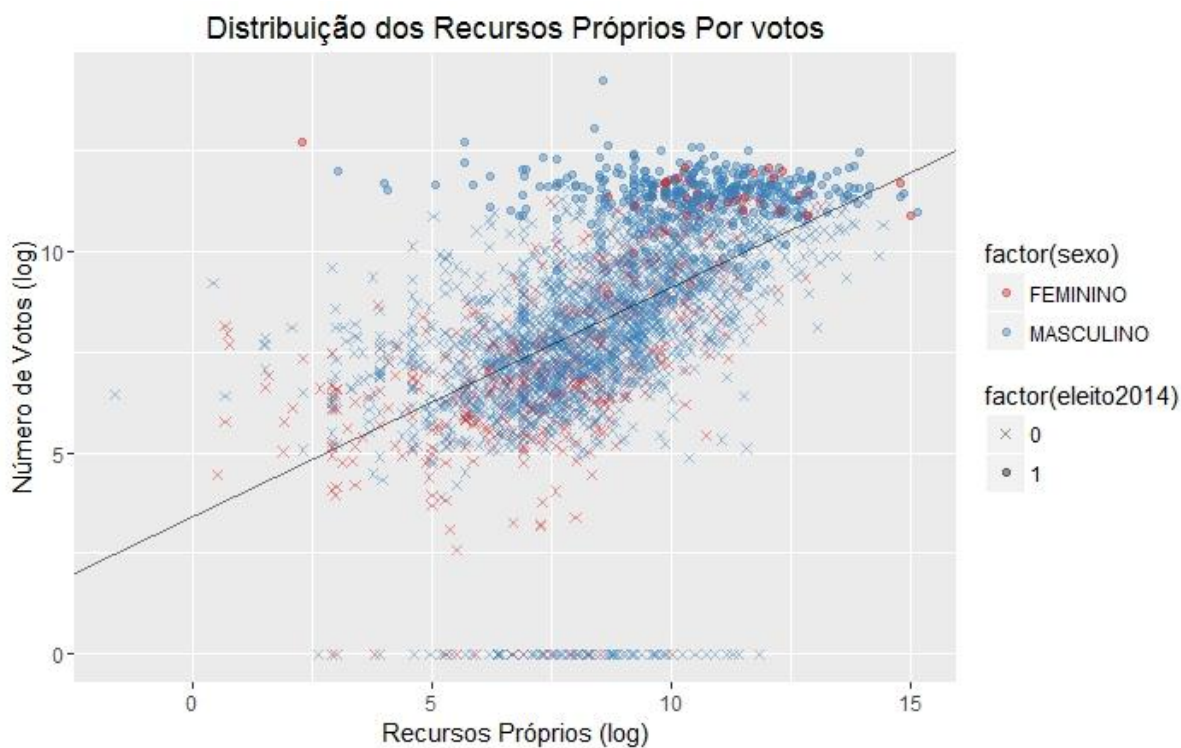
Figura 7



Fonte: TSE. Elaboração Própria

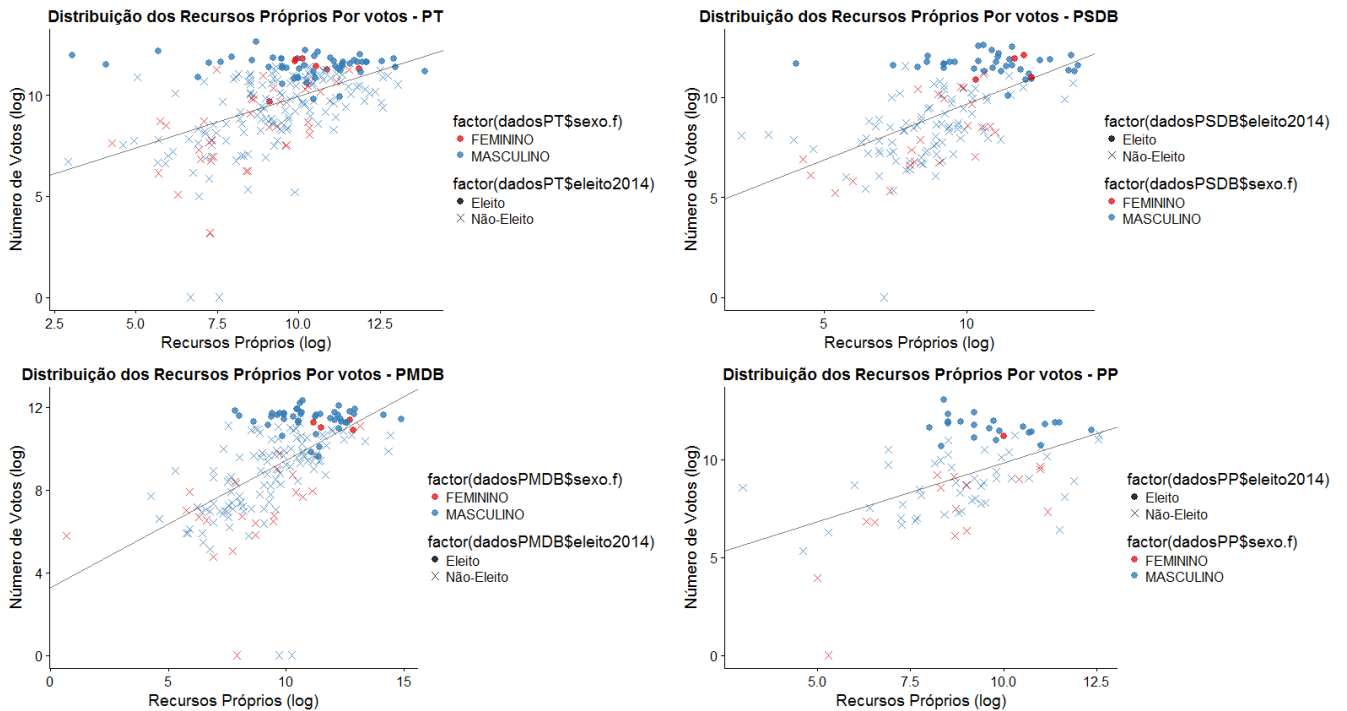
Já com os recursos próprios (Gráfico 9), o gráfico deixa claro que é um recurso predominantemente masculino; porém, a distribuição é parecida com o das poucas mulheres que indicaram usar esse tipo de recurso na campanha. Ainda que este tenha pouca correlação com os votos obtido, é um indicador de diferenças de capitais econômicos que homens e mulheres têm ao adentrar na arena eleitoral e que, por consequência, podem influenciar outros fatores da competição. Dentre os partidos analisados, os votos obtidos pelos candidatos PMDB são os que mais parecem se beneficiar dos recursos próprios. Os outros partidos mostram os eleitos mais dispersos em relação aos recursos próprios.

Gráfico 9



Fonte: TSE. Elaboração Própria

Figura 8



Fonte: TSE. Elaboração Própria

Conclusões

Os gráficos de dispersão indicam que, a depender do partido e do tipo de recurso mobilizado, há um padrão diferente de distribuição e de resultado atingido. PT e PSDB mostram padrões parecidos com os totais dos partidos; contudo, o fato de perfazerem mais de 10% do total de candidaturas é uma cautela a ser tomada na extensão desse argumento.

PMDB e PP são os partidos com as maiores diferenças: o primeiro parece se utilizar bastante do recurso dos puxadores de voto na alocação dos seus recursos partidários ao mesmo tempo que se aproveita da doação de Pessoas Jurídicas e dos recursos próprios dos candidatos. O PP tem uma distribuição mais difusa com os outros tipos de recursos e quase que perfeita entre votos e recursos partidários – o R^2 da reta de ajuste entre as duas

variáveis é de 0,863, a mais alta de todas¹¹, indicando que os recursos partidários explicam cerca de 86% da variação nos votos. Contudo, em ambos os partidos, essas estratégias parecem ser diferentes em relação a homens e mulheres – visualmente, ao menos, o padrão de distribuição dos recursos é outro.

O diagnóstico da literatura que diz que o sistema político brasileiro é extremamente individualizado e que os partidos detêm pouco ou nenhum controle sobre suas candidaturas parece ter algumas limitações. Os recursos partidários perfazem um montante significativo do total de recursos recebidos pelas candidaturas, em média, e não é de se estranhar que os partidos se utilizem disso para adotarem estratégias próprias. Os dados descritivos indicam que há uma diferença significativa na distribuição de recursos entre homens e mulheres. Ainda que a combinação entre distritos de alta magnitude e sistema eleitoral proporcional seja indicada pela literatura como algo benéfico para a presença de mulheres, não é o que parece se verificar aqui; muito provavelmente, por conta da lista aberta.

A Lei de Cotas para o preenchimento de cadeiras pouco alterou a composição do legislativo por gênero, de modo que é difícil atribuir qualquer aumento marginal como seu efeito. A lei é totalmente contornável ao se apresentarem candidaturas femininas que, na prática, não são competitivas. Ou seja, regras institucionais que supostamente incentivariam os partidos a lançar mais candidaturas fazem com que eles somente as registrem; aparentemente, não há incentivos ou razões estratégicas fortes para os partidos investirem nas mulheres candidatas do mesmo modo como investem nos homens.

Outros fatores institucionais precisam ser medidos e controlados na observação desses padrões de estratégia. A alta variação de magnitude entre os Estados brasileiros – indo de 70, no caso de São Paulo, até 8, para os menores distritos – altera significativamente a maneira como se dá a disputa interna aos partidos e a maneira como buscam maximizar suas chances eleitorais; da mesma forma, o valor relativo dos recursos de campanha também se alteram.

¹¹ Consultar anexo

Outro fator a ser levado em conta é o das coligações eleitorais. Uma vez que o preenchimento e o número de cadeiras conquistadas se altera a depender do desempenho da coligação, é preciso entender qual a coordenação inter partidária nessas disputas. O fato das coligações compartilharem seus minutos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) é outro indício de que há uma troca de recursos entre atores estrategicamente orientados.

Desdobramentos futuros desta linha de pesquisa – tanto a da mensuração do impacto dos partidos nas estratégias eleitorais quanto da sua interação com a sub representação feminina – precisam pensar e levar em conta essas variáveis institucionais discutidas e outras, como também o perfil do candidato que é considerado forte e eleitoralmente mais propenso a vencer. Esses dois movimentos analíticos conjuntos podem delinear melhor o momento no qual as mulheres são consideradas candidaturas pouco viáveis e custosas mesmo com os incentivos dados pelas regras eleitorais.

ANEXOS

Regressões para os gráficos de dispersão entre voto e recursos:

- **Totais**

```
> reg.voto.rec_total <- lm(dados$votos.log ~ dados$rec_total.log)
> reg.voto.rec_part <- lm(dados$votos.log ~ dados$rec_part.log)
> reg.voto.rec_jur <- lm(dados$votos.log ~ dados$rec_jur.log)
> reg.voto.rec_fis <- lm(dados$votos.log ~ dados$rec_fis.log)
> reg.voto.rec_prop <- lm(dados$votos.log ~ dados$rec_prop.log)
> summary(reg.voto.rec_total)
```

Call:

```
lm(formula = dados$votos.log ~ dados$rec_total.log)
```

Residuals:

```
   Min     1Q  Median     3Q    Max
-8.9840 -0.9504  0.1546  1.4094  6.0609
```

Coefficients:

```
              Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)    3.993633   0.058461   68.31 <2e-16 ***
dados$rec_total.log 0.380414   0.006369   59.73 <2e-16 ***
```

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 2.102 on 6173 degrees of freedom

(964 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.3662, Adjusted R-squared: 0.3661

F-statistic: 3567 on 1 and 6173 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_part)
```

Call:

```
lm(formula = dados$votos.log ~ dados$rec_part.log)
```

Residuals:

```
   Min     1Q  Median     3Q    Max
-10.6971 -0.7095  0.0933  0.9460  6.2161
```

Coefficients:

```
              Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)   -0.1161   0.2139  -0.543  0.588
dados$rec_part.log 0.8326   0.0199  41.839 <2e-16 ***
```

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.706 on 1408 degrees of freedom
(5729 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.5542, Adjusted R-squared: 0.5539

F-statistic: 1751 on 1 and 1408 DF, p-value: < 2.2e-16

> summary(reg.voto.rec_jur)

Call:

lm(formula = dados\$votos.log ~ dados\$rec_jur.log)

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-10.9160	-0.5893	0.1902	0.9295	5.7217

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	3.77935	0.17921	21.09	<2e-16 ***
dados\$rec_jur.log	0.55402	0.01729	32.03	<2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.849 on 1720 degrees of freedom
(5417 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.3737, Adjusted R-squared: 0.3733

F-statistic: 1026 on 1 and 1720 DF, p-value: < 2.2e-16

> summary(reg.voto.rec_fis)

Call:

lm(formula = dados\$votos.log ~ dados\$rec_fis.log)

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-10.6752	-0.7659	0.1754	1.1155	10.0064

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	1.34221	0.13649	9.834	<2e-16 ***
dados\$rec_fis.log	0.76431	0.01536	49.745	<2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.991 on 3741 degrees of freedom
(3396 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared: 0.3981, Adjusted R-squared: 0.398
F-statistic: 2475 on 1 and 3741 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_prop)
```

Call:

```
lm(formula = dados$votos.log ~ dados$rec_prop.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-10.1739	-0.9039	0.0675	1.1873	7.9943

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	3.41499	0.14697	23.24	<2e-16 ***
dados\$rec_prop.log	0.57015	0.01671	34.12	<2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 2.017 on 2874 degrees of freedom
(4263 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.2882, Adjusted R-squared: 0.288
F-statistic: 1164 on 1 and 2874 DF, p-value: < 2.2e-16

- **PT**

```
> reg.voto.rec_total_PT <- lm(dadosPT$votos.log ~ dadosPT$rec_total.log)
> reg.voto.rec_part_PT <- lm(dadosPT$votos.log ~ dadosPT$rec_part.log)
> reg.voto.rec_jur_PT <- lm(dadosPT$votos.log ~ dadosPT$rec_jur.log)
> reg.voto.rec_fis_PT <- lm(dadosPT$votos.log ~ dadosPT$rec_fis.log)
> reg.voto.rec_prop_PT <- lm(dadosPT$votos.log ~ dadosPT$rec_prop.log)
> summary(reg.voto.rec_total_PT)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPT$votos.log ~ dadosPT$rec_total.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-9.0905	-0.6812	0.2545	1.1336	4.6255

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	4.18031	0.24813	16.85	<2e-16 ***

```
dadosPT$rec_total.log 0.44083 0.02253 19.57 <2e-16 ***
```

```
---
```

```
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
```

```
Residual standard error: 1.795 on 362 degrees of freedom  
(31 observations deleted due to missingness)
```

```
Multiple R-squared: 0.514, Adjusted R-squared: 0.5127
```

```
F-statistic: 382.9 on 1 and 362 DF, p-value: < 2.2e-16
```

```
> summary(reg.voto.rec_part_PT)
```

```
Call:
```

```
lm(formula = dadosPT$votos.log ~ dadosPT$rec_part.log)
```

```
Residuals:
```

```
Min 1Q Median 3Q Max  
-9.5947 -0.4822 0.1820 0.7772 2.3094
```

```
Coefficients:
```

```
Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)  
(Intercept) 1.5727 0.7889 1.993 0.0484 *  
dadosPT$rec_part.log 0.7259 0.0646 11.236 <2e-16 ***
```

```
---
```

```
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
```

```
Residual standard error: 1.269 on 124 degrees of freedom  
(269 observations deleted due to missingness)
```

```
Multiple R-squared: 0.5045, Adjusted R-squared: 0.5005
```

```
F-statistic: 126.2 on 1 and 124 DF, p-value: < 2.2e-16
```

```
> summary(reg.voto.rec_jur_PT)
```

```
Call:
```

```
lm(formula = dadosPT$votos.log ~ dadosPT$rec_jur.log)
```

```
Residuals:
```

```
Min 1Q Median 3Q Max  
-8.5073 -0.5226 0.0051 0.5725 2.7529
```

```
Coefficients:
```

```
Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)  
(Intercept) 5.2639 0.3826 13.76 <2e-16 ***  
dadosPT$rec_jur.log 0.4575 0.0340 13.46 <2e-16 ***
```

```
---
```

```
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
```

Residual standard error: 1.103 on 189 degrees of freedom
(204 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared: 0.4893, Adjusted R-squared: 0.4866
F-statistic: 181.1 on 1 and 189 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_fis_PT)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPT$votos.log ~ dadosPT$rec_fis.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-8.2099	-0.6328	0.0411	0.8223	3.6310

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	1.94439	0.46325	4.197	3.71e-05 ***
dadosPT\$rec_fis.log	0.74387	0.04398	16.915	< 2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.367 on 261 degrees of freedom
(132 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared: 0.523, Adjusted R-squared: 0.5211
F-statistic: 286.1 on 1 and 261 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_prop_PT)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPT$votos.log ~ dadosPT$rec_prop.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-8.7161	-0.9019	0.2104	0.9081	5.5760

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	4.84526	0.56158	8.628	1.00e-15 ***
dadosPT\$rec_prop.log	0.51272	0.05896	8.696	6.37e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.742 on 232 degrees of freedom
(161 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.2458, Adjusted R-squared: 0.2426
F-statistic: 75.63 on 1 and 232 DF, p-value: 6.368e-16

- **PSDB**

```
> reg.voto.rec_total_PSDB <- lm(dadosPSDB$votos.log ~ dadosPSDB$rec_total.log)
> reg.voto.rec_part_PSDB <- lm(dadosPSDB$votos.log ~ dadosPSDB$rec_part.log)
> reg.voto.rec_jur_PSDB <- lm(dadosPSDB$votos.log ~ dadosPSDB$rec_jur.log)
> reg.voto.rec_fis_PSDB <- lm(dadosPSDB$votos.log ~ dadosPSDB$rec_fis.log)
> reg.voto.rec_prop_PSDB <- lm(dadosPSDB$votos.log ~ dadosPSDB$rec_prop.log)
> summary(reg.voto.rec_total_PSDB)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPSDB$votos.log ~ dadosPSDB$rec_total.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-9.3692	-0.8144	0.0704	1.1679	4.5141

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	3.78616	0.28620	13.23	<2e-16 ***
dadosPSDB\$rec_total.log	0.45572	0.02785	16.36	<2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.862 on 294 degrees of freedom
(33 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.4766, Adjusted R-squared: 0.4748
F-statistic: 267.7 on 1 and 294 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_part_PSDB)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPSDB$votos.log ~ dadosPSDB$rec_part.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-9.1566	-0.6659	0.0296	0.8890	4.5190

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	0.22161	0.70570	0.314	0.754
dadosPSDB\$rec_part.log	0.82950	0.06437	12.887	<2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.547 on 108 degrees of freedom
(219 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared: 0.6059, Adjusted R-squared: 0.6023
F-statistic: 166.1 on 1 and 108 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_jur_PSDB)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPSDB$votos.log ~ dadosPSDB$rec_jur.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-10.6055	-0.3885	0.3469	0.8887	3.0254

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	2.90036	0.65591	4.422	2.04e-05 ***
dadosPSDB\$rec_jur.log	0.62924	0.05917	10.634	< 2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.911 on 131 degrees of freedom
(196 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared: 0.4633, Adjusted R-squared: 0.4592
F-statistic: 113.1 on 1 and 131 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_fis_PSDB)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPSDB$votos.log ~ dadosPSDB$rec_fis.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-9.4354	-0.5999	0.1416	1.0524	4.2847

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	2.46074	0.52277	4.707	4.8e-06 ***
dadosPSDB\$rec_fis.log	0.70155	0.05403	12.984	< 2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.814 on 192 degrees of freedom
(135 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.4675, Adjusted R-squared: 0.4648
F-statistic: 168.6 on 1 and 192 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_prop_PSDB)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPSDB$votos.log ~ dadosPSDB$rec_prop.log)
```

Residuals:

```
   Min     1Q  Median     3Q    Max
-8.0373 -1.2327 -0.0171  1.1088  5.3836
```

Coefficients:

```
              Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)      4.07374   0.61116   6.666 4.96e-10 ***
dadosPSDB$rec_prop.log 0.55902   0.06463   8.650 8.22e-15 ***
```

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.711 on 147 degrees of freedom

(180 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.3373, Adjusted R-squared: 0.3328

F-statistic: 74.82 on 1 and 147 DF, p-value: 8.219e-15

- **PMDB**

```
> reg.voto.rec_total_PMDB <- lm(dadosPMDB$votos.log ~ dadosPMDB$rec_total.log)
```

```
> reg.voto.rec_part_PMDB <- lm(dadosPMDB$votos.log ~ dadosPMDB$rec_part.log)
```

```
> reg.voto.rec_jur_PMDB <- lm(dadosPMDB$votos.log ~ dadosPMDB$rec_jur.log)
```

```
> reg.voto.rec_fis_PMDB <- lm(dadosPMDB$votos.log ~ dadosPMDB$rec_fis.log)
```

```
> reg.voto.rec_prop_PMDB <- lm(dadosPMDB$votos.log ~ dadosPMDB$rec_prop.log)
```

```
> summary(reg.voto.rec_total_PMDB)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPMDB$votos.log ~ dadosPMDB$rec_total.log)
```

Residuals:

```
   Min     1Q  Median     3Q    Max
-9.4207 -1.0211  0.3659  1.3463  5.1912
```

Coefficients:

```
              Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)      3.47219   0.30916  11.23 <2e-16 ***
dadosPMDB$rec_total.log 0.46244   0.02848  16.24 <2e-16 ***
```

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 2.091 on 338 degrees of freedom
(43 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared: 0.4383, Adjusted R-squared: 0.4366
F-statistic: 263.7 on 1 and 338 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_part_PMDB)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPMDB$votos.log ~ dadosPMDB$rec_part.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-10.1700	-0.5967	0.0997	0.9316	5.3144

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	-2.75968	0.87157	-3.166	0.00183 **
dadosPMDB\$rec_part.log	1.01230	0.07756	13.052	< 2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.895 on 168 degrees of freedom
(213 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared: 0.5035, Adjusted R-squared: 0.5005
F-statistic: 170.3 on 1 and 168 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_jur_PMDB)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPMDB$votos.log ~ dadosPMDB$rec_jur.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-9.0293	-0.3977	0.1876	0.7680	2.7259

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	3.47549	0.72091	4.821	3.57e-06 ***
dadosPMDB\$rec_jur.log	0.59210	0.06324	9.363	< 2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.656 on 145 degrees of freedom
(236 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.3768, Adjusted R-squared: 0.3725
F-statistic: 87.67 on 1 and 145 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_fis_PMDB)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPMDB$votos.log ~ dadosPMDB$rec_fis.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-10.3314	-0.8189	0.1065	0.9759	4.7749

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	3.03554	0.53072	5.72	3.35e-08 ***
dadosPMDB\$rec_fis.log	0.64091	0.05487	11.68	< 2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.992 on 227 degrees of freedom

(154 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.3754, Adjusted R-squared: 0.3727

F-statistic: 136.4 on 1 and 227 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_prop_PMDB)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPMDB$votos.log ~ dadosPMDB$rec_prop.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-9.5888	-0.8419	0.0771	1.0621	3.7481

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	3.24124	0.59991	5.403	2.05e-07 ***
dadosPMDB\$rec_prop.log	0.61913	0.06121	10.114	< 2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.808 on 181 degrees of freedom

(200 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.3611, Adjusted R-squared: 0.3576

F-statistic: 102.3 on 1 and 181 DF, p-value: < 2.2e-16

- **PP**

```
> reg.voto.rec_total_PP <- lm(dadosPP$votos.log ~ dadosPP$rec_total.log)
> reg.voto.rec_part_PP <- lm(dadosPP$votos.log ~ dadosPP$rec_part.log)
> reg.voto.rec_jur_PP <- lm(dadosPP$votos.log ~ dadosPP$rec_jur.log)
> reg.voto.rec_fis_PP <- lm(dadosPP$votos.log ~ dadosPP$rec_fis.log)
> reg.voto.rec_prop_PP <- lm(dadosPP$votos.log ~ dadosPP$rec_prop.log)
> summary(reg.voto.rec_total_PP)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPP$votos.log ~ dadosPP$rec_total.log)
```

Residuals:

```
   Min     1Q  Median     3Q      Max
-9.5493 -0.7213  0.2422  1.0077  4.6906
```

Coefficients:

```
              Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)    2.55367    0.47426   5.385 2.55e-07 ***
dadosPP$rec_total.log 0.54472    0.04224  12.895 < 2e-16 ***
```

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.95 on 160 degrees of freedom
(27 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.5096, Adjusted R-squared: 0.5066

F-statistic: 166.3 on 1 and 160 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_part_PP)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPP$votos.log ~ dadosPP$rec_part.log)
```

Residuals:

```
   Min     1Q  Median     3Q      Max
-2.50193 -0.61191 -0.01389  0.55543  2.55055
```

Coefficients:

```
              Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)   -1.5046    0.5755  -2.615  0.0113 *
dadosPP$rec_part.log 0.9285    0.0473  19.629 < 2e-16 ***
```

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.937 on 60 degrees of freedom
(127 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.8653, Adjusted R-squared: 0.863
F-statistic: 385.3 on 1 and 60 DF, p-value: < 2.2e-16

```
> summary(reg.voto.rec_jur_PP)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPP$votos.log ~ dadosPP$rec_jur.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-3.04836	-0.54791	0.00343	0.66960	2.35674

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	4.40906	0.58767	7.503	1.21e-10 ***
dadosPP\$rec_jur.log	0.52704	0.05031	10.476	3.38e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.009 on 73 degrees of freedom

(114 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.6006, Adjusted R-squared: 0.5951

F-statistic: 109.8 on 1 and 73 DF, p-value: 3.381e-16

```
> summary(reg.voto.rec_fis_PP)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPP$votos.log ~ dadosPP$rec_fis.log)
```

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-9.5622	-0.8944	0.0421	1.0694	4.8591

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	0.8495	0.9681	0.877	0.382
dadosPP\$rec_fis.log	0.8843	0.1030	8.582	5.7e-14 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 2.048 on 113 degrees of freedom

(74 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.3946, Adjusted R-squared: 0.3893

F-statistic: 73.66 on 1 and 113 DF, p-value: 5.699e-14

```
> summary(reg.voto.rec_prop_PP)
```

Call:

```
lm(formula = dadosPP$votos.log ~ dadosPP$rec_prop.log)
```

Residuals:

```
Min 1Q Median 3Q Max
-7.0152 -1.1885 -0.2575 1.2706 4.1587
```

Coefficients:

```
Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept) 3.8246 1.0385 3.683 0.00041 ***
dadosPP$rec_prop.log 0.6022 0.1128 5.339 7.98e-07 ***
```

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

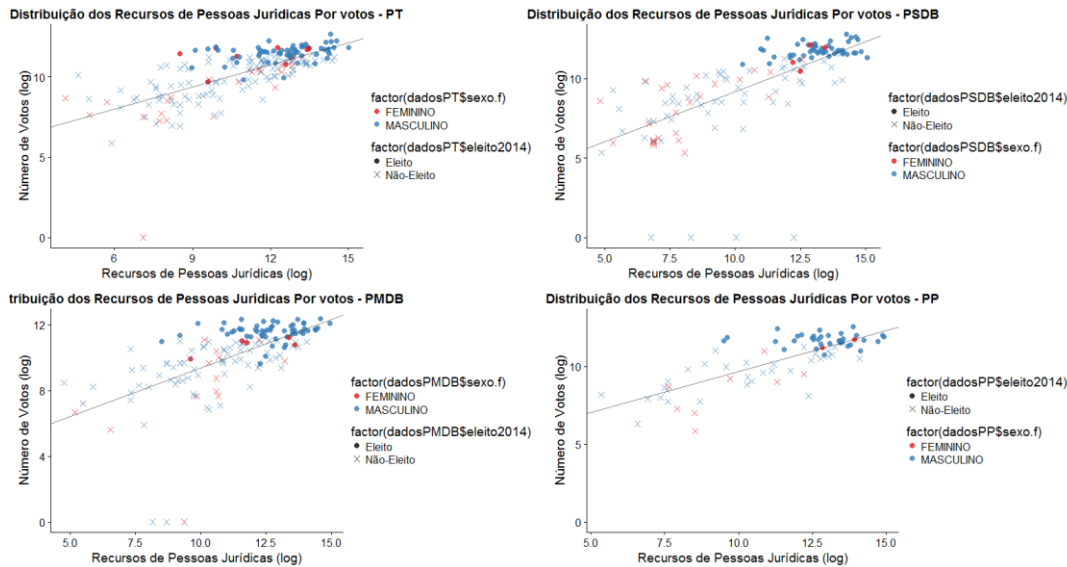
Residual standard error: 1.898 on 83 degrees of freedom

(104 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.2557, Adjusted R-squared: 0.2467

F-statistic: 28.51 on 1 and 83 DF, p-value: 7.976e-07

Figura 6 – Gráfico de dispersão entre recursos de Pessoa Jurídica e voto, por partido.



Fonte: TSE. Elaboração Própria

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, A.; STEIBEL, F. B.; CARNEIRO, C. A outra face do horário eleitoral gratuito: partidos políticos e eleições proporcionais na televisão. Dados, Rio de Janeiro, vol. 51, n. 2, p. 459-487. 2008.

AMES, B. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas 2003.

AMORIM NETO, O.; SANTOS, F.. A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 44, nº 2, 2001

BACHRACHB, P. e BARATZ, M. S. “Two Faces of Power”, American Science Review 56: 947-952. 1962.

BRAGA, Maria do Socorro Souza; BOURDOUKAN, Adla. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. Perspectivas, São Paulo, v. 35, p. 117-148, jan./jun. 2009.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; BOLOGNESI, Bruno. Dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 21, n. 46, p. 5-9, June 2013

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 13, p. 307-339, 2007.

CZUDNOWSKI, M. M. 1970. Legislative Recruitment under Proportional Representation in Israel: a Model and a Case Study. *Midwest Journal of Political Science*, vol. 14, n. 02, p. 216-248, May.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999), *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo, Ed. da FGV.

FOX , R., LAWLESS, J. “Girls Just Wanna Not Run: The Gender Gap in Young Americans’ Political Ambition”. Policy Report, School of Public Affairs, American University. Washington, DC: Women & Politics Institute. March 2013

_____. Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. Revista Brasileira de Ciência Política, nº8. Brasília, maio -agosto de 2012, pp. 129-163.

ESCOBAR-LEMMON, M; TAYLOR-ROBINSON, M. (2008) How Do Candidate Recruitment and Selection Processes Affect the Representation of Women?. *In: SIAVELIS,*

P. & MORGENSTERN, S. *Pathways to Power. Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.

FRASER, Nancy (1990). "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy". *Social Text*, n. 25, p. 56-80.

GALLAGHER, M. & MARSH, M. 1988. *Candidate selection in comparative perspective: the secret garden of politics*. London: Sage Publications.

GUARNIERI, Fernando. A força dos partidos "fracos". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

GURZA LAVALLE, A. "Participação, (Des)Igualdade Política e Democracia". In Luis Felipe Miguel e Flavia Biroli, *Teorias Políticas, Democracia e Desigualdade*. São Paulo, UNESP, no prelo

JACOBSON, Gary C. 1978. The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections, *American Political Science Review*, 469-491

KATZ, Richard S., MAIR, Peter. 1995. Changing models of party organization and party democracy: The emergence of the cartel party. *Party Politics* 1 (1): 5–28

LOVENDUSKI, J. 1993. The Dynamics of Gender and Party Politics. In: Lovenduski, J. & Norris, P. (eds.). *Gender and Party Politics*. London: Sage

MAINWARING, Scott. (1991), "Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 29, março.

MANSBRIDGE, Jane. "Feminism and Democracy" in Anne Phillips, *Feminism and politics*. Oxford-New York, Oxford University Press, 1998.

MATLAND, R. E. (2005) "Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems" in *Women in Parliament: Beyond Numbers*, 2nd edition (ed.) Azza Karam and Julie Ballington, Stockholm, Sweden: IDEA Publishing.

NICOLAU, J. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 4, 2006, pp. 689 a 720.

NORRIS, Pipa. Recrutamento Político. *Revista de Sociologia e Política*, v.21, nº46: 11-32. Jun. 2013

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. Martins Fontes, 2005

PATEMAN, Carole. 1988. *The sexual contract*. Cambridge/California: Polity Press/Stanford University Press.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, 2007.

PHILLIPS, Anne. "Introduction" in Anne Phillips, *Feminism and politics*. Oxford-New York, Oxford University Press, 1998. PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal?. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 6, p. 339-363, Dec. 2011.

PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. Oxford: Clarendon, 1998.

PITKIN, Hanna. *The concept of representation*. Berkley: University of California Press, 1967.

RAHAT, G. & HAZAN, R. 2001. Candidate selection methods: an analytical framework. *Party Politics*. vol. 07, n. 03, p. 297-322, May.

SACCHET, T.. Partidos Políticos e Representação das Mulheres em Posições Legislativas: um estudo sobre recrutamento político e financiamento de campanhas. In: Denise Paiva. (Org.). *Mulheres, Poder e Política*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012, v. 1, p. 61-188.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. 2011. Partidos políticos e (sub)representação feminina nas esferas legislativas: um estudo sobre recrutamento eleitoral e financiamento de campanhas. Trabalho apresentado na Conferência IPSA-ECPR "Whatever Happened to North-South?", promovida pela Associação Brasileira de Ciência Política na Universidade de São Paulo, Brasil.

SAMUELS, D.(1999) Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-centric Electoral Systems: Evidence from Brazil *Comparative Political Studies*, June 1999, 32:487-518

_____. 2001a. Money, elections, and democracy in Brazil. *Latin American Politics and Society*, Vol. 43, No. 2.

_____. 2001b. Does money matter? Credible commitments and campaign finance in new democracies: theory and evidence from Brazil. *Comparative Politics* 34(1):23 · September 2001

SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos. Partidos na arena eleitoral: o financiamento das listas de candidatos a deputado federal no Rio de Janeiro em 2010. *Paraná Eleitoral*, vol. 3, n. 1, p. 133-169. 2014.

SCHMITT, R.; CARNEIRO, L. P.; KUSCHNIR, K. Estratégias de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais. Dados, Rio de Janeiro, vol. 42, n. 2, p. 277-297. 1999.

SPECK, B.; SACCHET, T. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: Mulheres nas eleições 2010 / José Eustáquio Diniz Alves; Céli Regina Jardim Pinto; Fátima Jordão (Org.). –São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p.417-452

SPECK, B.W.; MANCUSO, W. P. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. Bras. Political Sci. Rev., São Paulo, v. 8, n. 1, 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212014000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 set. 2014

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. Brazilian Political Science Review, v. 8, n. 1, p. 34-57, 2014.

VEIGA, Luciana Fernandes. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. Opinião Pública, vol. 13, n. 2, Campinas, 2007.